



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXI PALMAS, QUARTA-FEIRA, 03 DE FEVEREIRO DE 2010

Nº 1751



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Júnior Coimbra

1º Vice-presidente: Dep. Solange Duailibe

2º Vice-presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. Paulo Roberto

2º Secretário: Dep. Stalin Bucar

3ª Secretária: Dep. Luana Ribeiro

4º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Manoel Queiroz (Vice) Amélio Cayres, José Geraldo, Eli Borges.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Marcello Lelis, Toinho Andrade, Cacildo Vasconcelos, Iderval Silva, Fábio Martins.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Iderval Silva (pres)**, Toinho Andrade (vice), Marcello Lelis, José Geraldo, Fábio Martins.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Manoel Queiroz (vice), César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges,

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Júnior Coimbra, Sargento Aragão.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins(vice), Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Josi Nunes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Júnior Coimbra, Sargento Aragão.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Sargento Aragão, Cacildo Vasconcelos(vice), Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Iderval Silva.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, José Geraldo, Josi Nunes, Fábio Martins.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Dr. Zé Viana(pres)**, Marcello Lelis (vice), Raimundo Palito, Júnior Coimbra, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Luana Ribeiro, , Angelo Agnolin, José Geraldo, Josi Nunes, Manoel Queiroz.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso(pres)**, Sargento Aragão, Marcello Lelis, César Halum, Cacildo Vasconcelos.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Toinho Andrade, José Geraldo, Iderval Silva, Fábio Martins.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **José Geraldo (pres)**, Toinho Andrade(vice), Amélio Cayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Júnior Coimbra, Solange Duailibe.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Júnior Coimbra, Fábio Martins(vice), Pr. Pedro Lima, Toinho Andrade, Raimundo Moreira.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Dr. Zé Viana, Raimundo Palito, Eli Borges, Manoel Queiroz.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges, Sargento Aragão.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Promoção do Desenvolvimento Sustentável às Margens da UHE-Lajeado e Processos de Licenciamento Ambiental.

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin(pres)**, Solange Duailibe (vice), Marcello Lelis, José Geraldo, Eli Borges.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Luana Ribeiro, Toinho Andrade, Fábio Martins.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 1/2009

Palmas, 2 de fevereiro de 2010.

Senhor Presidente,

Em atendimento à determinação do art. 40, inciso V, da Constituição do Estado do Tocantins, encaminho à egrégia Assembleia Legislativa do Estado mensagem em que presto contas das ações do Governo em 2009.

O primeiro ponto que ressalto a respeito desta Gestão é o seu ineditismo, a sua excepcionalidade, visto que a nossa assunção ao cargo se deu após a perda de mandato do governante anterior.

Desta conjuntura resultou a tomada de decisões que minimizassem os efeitos nocivos provocados pela instabilidade política, tais como a busca do equilíbrio fiscal, ao tempo em que incrementamos a captação de recursos e investimentos internos e externos.

Das primeiras providências que tomamos foi um levantamento da situação financeira do Estado. A dívida encontrada foi de R\$ 472,6 milhões que, conjugada com uma frustração de receita na ordem de R\$ 392 milhões, totalizou R\$ 864,6 milhões.

O déficit orçamentário e financeiro, de modo concreto, limitou as ações de governo e determinou as seguintes medidas, muitas delas adotadas emergencialmente:

- Elaboração de um rigoroso fluxo de caixa, que resultou, em apenas três meses, numa economia de R\$ 70 milhões com o controle e a redução dos gastos administrativos. O dinheiro economizado foi utilizado para pagar compromissos da gestão atual e parte dos compromissos pendentes;

- Elaboração do Plano de Governo contemplando como estratégias prioritárias: i) a Melhoria da Gestão Pública; ii) a recuperação da Infraestrutura de Serviços Essenciais; e iii) o Desenvolvimento Econômico e Social;

- Revisão do Plano Plurianual (PPA) para 2010-2011, cujas novas ações foram incluídas a partir do Plano de Governo, além da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010, em que previmos recursos da ordem de R\$ 5,7 bilhões para os Orçamentos Fiscais, da Seguridade Social e de Investimentos;

- Os 29 mil cargos comissionados encontrados foram reduzidos com a extinção de mais de 7 mil, na conformidade da Lei 2.145, de 17 setembro de 2009, diminuindo dessa maneira a pressão sobre a folha de pagamento;

- Já em 22 de outubro de 2009, editei o Decreto 3.839, criando o Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentário-financeira, órgão a que se submetem todos os gastos do Poder Executivo, de modo a tornar efetivo o controle sobre as nossas despesas;

- Em relação às obrigações junto aos servidores estaduais: concedemos reajuste anual; efetivamos o “acordo dos 25%” dos servidores do Quadro-Geral e da Saúde; alteramos os critérios de avaliação para progressão dos profissionais do Magistério da Educação Básica e, por último, cumprimos com o pagamento da indenização dos policiais militares.

A par da situação encontrada e das soluções empregadas

nos deparamos com um cenário econômico restritivo ao aumento das receitas, especialmente aquelas que decorrem de repasses da União. Embora as previsões de receitas sejam pessimistas, o quadro não pode ser obstáculo para que as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento e ao conforto social tenham curso na quantidade e na velocidade que o povo do Tocantins espera.

Nesse sentido, o Governo empreendeu a busca dos meios financeiros que pudessem possibilitar o funcionamento eficiente e eficaz da Administração, além da incessante procura de parceiros públicos e privados, conseguindo captar os seguintes recursos:

- R\$ 173,6 milhões junto ao BNDES, para compensar a queda na arrecadação. Importante lembrar que este empréstimo, embora aprovado no governo anterior, teve sua liberação sustada por conta da instabilidade política, tendo sido necessário votar outra autorização legislativa; Para esse mesmo programa, já foi contratado R\$ 260,4 milhões que deverão ser empregados no Exercício de 2010;

- R\$ 250 milhões, junto ao BNDES, para a construção e aparelhamento dos hospitais de Araguaína e Gurupi;

- R\$ 334 milhões, junto ao BNDES, como parte do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados, para amenizar a queda na receita;

- R\$ 100 milhões, junto ao BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos.

Podem ser listados ainda, recursos em fase adiantada de contratação e/ou em fase de autorização legislativa como:

- US\$ 375 milhões, junto ao Banco Mundial, para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável (PDRIS);

- US\$ 165 milhões, junto Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a serem utilizados no Programa de Perenização dos Rios da Região Sudoeste do Estado (Prodoeste);

- R\$ 14,3 milhões, junto ao BNDES/FINAME, e R\$ 34,8 milhões, junto ao banco Credit Suisse, que juntos somam R\$ 49,1 milhões, para implantação de um arrojado programa de modernização do Corpo de Bombeiros.

O esforço conjugado do Governo e da Bancada Federal do Estado resultou na aprovação de emendas ao Orçamento da União no valor de R\$ 537 milhões. Importância que colocou o Tocantins como o quarto maior beneficiário de emendas parlamentares do Brasil.

Ainda dando prosseguimento aos esforços para o desenvolvimento das ações do Governo, promovemos uma ampla agenda de solicitações junto ao Governo Federal ao que Sua Excelência o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vem respondendo de forma bastante positiva.

No exterior, buscamos parcerias e investidores, viajamos para os Estados Unidos, Dinamarca, Índia e Emirados Árabes Unidos, onde firmamos acordos de cooperação com instituições e empresas que operam nas áreas de tecnologia, farmacêutica e processamento de alimentos.

Objetivando uma melhor efetividade na execução das demandas sociais representadas pelas emendas dos parlamentares tocantinenses, que totalizaram no atual Orçamento R\$ 60 milhões, destinadas prioritariamente aos setores da educação, saúde e infraestrutura, adotamos como critério a

liberação dos recursos e efetivação dos serviços e obras até junho de 2010.

Estamos preparando o Planejamento Estratégico do Tocantins para os próximos 30 anos, uma ação de longo prazo, que está acima de governos. Nesse planejamento, elaborado com o auxílio da Fundação Dom Cabral, instituição de renome internacional na área de gestão pública, estão sendo definidos a visão de futuro, os objetivos estratégicos, as metas de desenvolvimento e os indicadores de resultados. Esse Planejamento confere um norte às ações do Estado e proporciona segurança aos investidores nacionais e internacionais.

Como uma das diretrizes instituídas no nosso plano de Governo, estamos priorizando o crescimento dos indicadores econômicos e sociais. Seguindo essas diretrizes, estabelecemos as seguintes ações:

I – Desenvolvimento Econômico

- Iniciamos um plano de expansão da nossa malha rodoviária, com a pavimentação de mais de 168 km nas rodovias TO-348, ligando a cidade de Barrolândia à TO-080, e TO-342, que liga o Município de Dois Irmãos à BR-153, nas proximidades de Miranorte. Outras 22 obras de pavimentação se encontram em andamento;

- Mantivemos a política de manutenção da malha viária estadual com a conservação de 1.120km de nossas rodovias;

- Iniciamos a construção de duas pontes sobre o Rio Tocantins. A primeira ligará os Municípios de Lajeado a Miracema do Tocantins, com 609m de extensão; e a segunda ligará os Municípios de Barra do Ouro a Filadélfia, com 1.133m de extensão na rodovia TO-425;

- Autorizamos a construção da ponte sobre o Rio Araguaia, ligando os Municípios de Xambioá e São Geraldo (PA). A ponte facilitará o escoamento de vários produtos, inclusive o de cimento produzido pela Empresa Votorantin, com previsão de produção de 850 mil toneladas/ano de cimento;

- Planejamos investimentos na construção de barramentos e infraestrutura hídrica, na ordem de R\$ 77,8 milhões, destacando-se: o início da construção do barramento, Rio Arraias;

- Implantamos ou promovemos a continuidade da implantação de infraestrutura hídrica em vários projetos como o São João, Manuel Alves e o Projeto Sampaio, com investimentos que chegaram à marca de R\$ 50,7 milhões;

- Implantamos a infraestrutura básica nos Distritos Industrial I e II em Palmas e aprovamos o Distrito industrial III na cidade de Colinas do Tocantins, atraindo e instalando empresas de grande porte no Estado do Tocantins;

- Aprovamos a Lei 2.231/2009, que instituiu o Programa de Parcerias Público-Privada do Estado do Tocantins;

- Doamos área para a implantação do Centro Nacional de Pesquisa em Aquicultura e Sistemas Agrícolas – CNPASA, da Embrapa, no Tocantins;

- Expedimos 427 títulos definitivos de domínio de terras;

- Concedemos crédito educativo, por meio do Proeducar, a 5.516 alunos carentes, facilitando a manutenção dos estudantes no ensino superior;

- Promovemos obras de reestruturação dos centros de pesquisas de Cansaço e a Unidade Demonstrativa Quelônios, localizados na APA da Ilha do Bananal, permitindo a ampliação de pesquisa no Estado;

- Criação da Companhia de Gás do Tocantins, a Tocantinsgás, na modalidade de Sociedade de Economia Mista, que tem como objetivo a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização de gás canalizado;

- O NATURATINS cumpriu seu dever institucional com a emissão de 1.331 atos administrativos de licenças prévias de instalação e operação para a regularização ambiental de empreendimentos;

II – Desenvolvimento Social

- Na Saúde, em 2009, os recursos investidos ultrapassaram o limite constitucional de 12% alcançando um percentual de 15,67%, o que corresponde a cerca de R\$ 100 milhões a mais de investimentos;

- Ampliação do número de salas de cirurgia do Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres de 4 para 6, dotando-as de plenas condições de funcionamento e, neste início de ano, a proposta é a de instalação de mais 2 salas. Também foi ampliado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de 5 para 7;

- Entrega de instrumentos cirúrgicos para 17 hospitais regionais, sendo 87 caixas cirúrgicas, com um investimento total de R\$ 445 mil. As unidades hospitalares também foram beneficiadas com mais de 800 computadores e investimentos na ordem de R\$ 3 milhões;

- As metas deste ano para o setor de Saúde, dentre outras, são a construção de 139 cínicas da mulher, o início da construção dos hospitais regionais de Araguaína e Gurupi, a recuperação e ampliação das instalações dos hospitais de referência e das demais unidades de saúde, conclusão das obras do Hospital de Pediatria em Palmas e a aquisição de 170 ambulâncias;

- Na área de Educação, em 2009, os recursos investidos em obras de ampliação do espaço físico, construção ou cobertura de quadras em 54 unidades escolares foi de R\$ 4,7 milhões. Nas obras de reforma, foram investidos mais de R\$ 5,5 milhões, beneficiando 28 escolas. Este ano, a meta é construir 23 novas unidades escolares e reformar 200;

- Para garantir o acesso à educação aos 20.423 alunos da zona rural da Rede Estadual de Ensino, foram investidos mais de R\$ 45 milhões com o transporte escolar e a aquisição de 140 ônibus escolares, atendendo aos 139 municípios. Este ano, vamos adquirir mais 140 microônibus a fim de melhorar ainda mais o transporte escolar;

- Com o objetivo de garantir a autonomia administrativa e o suporte às ações pedagógicas, 532 escolas foram beneficiadas com recursos financeiros na ordem de R\$ 17 milhões, destinados à manutenção e aquisição de materiais e equipamentos;

- Reestruturamos o Programa Pioneiros Mirins, com a criação da Fundação Pioneiros Mirins, que será implementada com recursos estaduais ligados às Secretarias da Educação e Cultura e do Trabalho e Desenvolvimento

Social, devendo atender a crianças e adolescentes com idades entre 6 e 14 anos;

- Realizamos, em dezembro de 2009, o I Encontro de Gestores Públicos Esportivos do Tocantins;

- No último trimestre de 2009, entregamos, no Município de Crixás, uma fábrica de temperos, que contribuirá diretamente com a geração de renda de 15 famílias. Além disso, mais três municípios contam com essa mesma estrutura: Brejinho de Nazaré, Araguatins e Dois Irmãos Tocantins;

- Beneficiamos ao todo 12 entidades, dispostas nos Municípios de Miracema, Colinas do Tocantins, Porto Nacional e Barrolândia, por meio de co-financiamento para o desenvolvimento de projetos de geração de renda, em que serão oferecidas as modalidades de Corte e Costura, de Marcenaria, de Bordado, Culinária e Manicure e Pedicuro, beneficiando cerca de 2000 pessoas;

- Em 2010, o número de beneficiários da geração de renda será ampliado na implantação do “Macroprojeto de Inclusão Socioprodutiva do Tocantins” contemplando as cadeias produtivas da Mandioca, Piscicultura, Apicultura, Vestiário e Reciclagem;

- Por meio do PRODIVINO, estimulamos a abertura de pequenos empreendimentos com a implantação de políticas de microcrédito;

- No setor habitacional, em parceria com Governo Federal, foram produzidas 1.335 Unidades Habitacionais com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Já com recursos do Pró-Moradia, foram produzidas e entregues no Estado, 116 unidades habitacionais para o Município de Araguatins e 48 unidades habitacionais para Tupiratins. A nossa meta é viabilizar a construção de mais de 10 mil unidades habitacionais;

- Em parceria com o Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), foram investidos mais de R\$ 2 milhões em cursos e treinamentos para formação, qualificação e valorização profissional de mais de 300 servidores da Polícia Civil;

- Ainda em parceria com a SENASP, o Governo Estadual, em 2009, beneficiou 15 unidades da Polícia Civil com aquisição de armamento e munição para uso policial e equipamentos para atender aos serviços administrativos, o que possibilitou melhorias no desempenho das atividades de polícia, sendo os recursos aplicados na ordem de R\$ 750 mil;

- Na Polícia Militar, em 2009, com o Programa “Polícia Militar na Defesa Social”, foram investidos mais de R\$ 9 milhões em aquisição de veículos, fardamento para os policiais, locação da frota de veículos, manutenção das unidades da PM e outras ações essas que contribuíram para uma melhor qualidade nos serviços prestados à população;

- Com o Programa de Resistência às Drogas e à Violência nas Escolas (PROERD), realizado em unidades de ensino públicas e privadas de todo o Estado, formamos cerca de 20 mil alunos no Ensino Fundamental;

- Disponibilizamos as ações do Balcão da Cidadania, beneficiamos mais de 67.000 pessoas de diversos municípios do Estado, quanto à emissão de documentos civis básicos

(identidade, CPF, registro civil, carteira de trabalho, fotos e cópia de documentos), o que configuraram investimentos no montante de R\$ 1 milhão;

- Em relação às políticas públicas voltadas para os jovens, inicialmente, priorizamos a regularização do pagamento da Bolsas Universitária, Cidadã e Bolsa estágio, que estavam em atraso;

- No final de 2009, foram certificados mais de 5 mil jovens profissionais nos programas Projovem Trabalhador e Jovem Profissional. A meta é ampliar o número de beneficiários do programa Projovem Trabalhador para 6 mil vagas e contemplar mais municípios. Para tanto, temos buscado apoio junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Outrossim, acrescento que o planejamento e a gestão fiscal têm sido relevantes para estarmos atentos aos ajustes, que sempre são necessários para melhor condução das políticas públicas. Somando-se a isso está o apoio de Vossa Excelência e dos Nobres Pares, que têm multiplicado esforços em prol do cidadão tocantinense.

Dessa feita, agradeço aos Ilustres Deputados pela acolhida que têm emprestado a todos os projetos de lei que lhes são enviados, ao passo em que, convido Vossas Excelências à análise minuciosa do balanço das ações de Governo em 2009, e das perspectivas para o exercício de 2010, conforme se verifica nos anexos que compõem esta Mensagem.

Atenciosamente,

CARLOS HENRIQUE AMORIM

Governador do Estado

Anexo I – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Com responsabilidade e transparência na gestão fiscal, o Governo do Estado administrou suas finanças públicas, no exercício financeiro de 2009, objetivando o desempenho da arrecadação, buscando o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições estabelecidas na legislação vigente.

1. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS

As Receitas arrecadadas no ano de 2009, compreendidas as receitas correntes, as de capital e intra-orçamentárias, excluindo as deduções do FUNDEB e as restituições, totalizaram R\$ 4,39 bilhões, como apresentado na tabela 1. Com relação à previsão anual, estas alcançaram um índice de realização de 93,15%.

A Receita Patrimonial foi decorrente do bom resultado financeiro das aplicações financeiras e participação societária, dentre outras. Nas Outras Receitas Correntes, o resultado do bom desempenho é proveniente de multas, juros, restituições, indenizações, receita da dívida, dentre outras.

Merecem destaque os superávits apresentados pelas rubricas: Receitas de Contribuições (8,20%), Receita Patrimonial (21,58%) e Outras Receitas Correntes (24,94%).

Tabela 1: Balanço Orçamentário 2009

R\$ Mil

Receitas	PREVISÃO	Arrecadada	%
	2009 (a)	2009 (c)	c / a
Receitas Correntes	4.718.799	4.318.681	91,52
Receita Tributária	1.197.607	1.142.739	95,42
- ICMS	957.620	919.565	96,03
- IPVA	61.325	59.900	97,68
- Outras Tributárias	178.662	163.275	91,39
Receita de Contribuições	165.931	179.531	108,20
Receita Patrimonial	205.003	249.245	121,58
Receita de Serviços e Agropecuária	2.634	1.413	53,64
Transferências Correntes	3.107.875	2.696.092	86,75
- FPE	2.311.744	1.878.155	81,24
- Outras	796.131	817.937	102,74
Outras Receitas Correntes	39.749	49.661	124,94
Restituições	(3.060)	(10.011)	327,16
Deduções para o FUNDEB	(615.372)	(523.261)	85,03
Receitas de Capital	472.528	460.627	97,48
Operações de Crédito	191.248	310.244	162,22
- Operações de Crédito Internas	91.385	180.302	197,30
- Operações de Crédito Externas	99.863	129.942	130,12
Alienação de Bens	12.700	17.435	137,28
Amortização de Empréstimos	12.037	3.975	33,02
Transferências de Capital	256.543	128.973	50,27
Receitas Cor. Intra-Orçamentárias	141.566	145.686	102,91
TOTAL	4.714.461	4.391.722	93,15

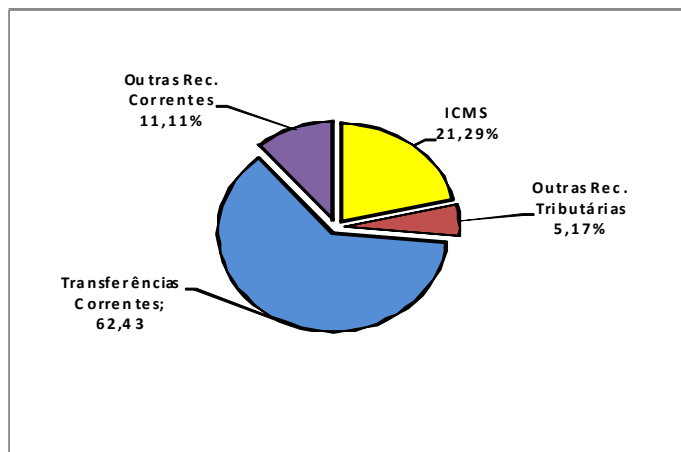
Fonte: SIAFEM - Anexo 10

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais e legais, dentre outras. Foram realizadas nesta categoria R\$ 4,31 bilhões, correspondendo a 91,52% em relação ao valor previsto para 2009.

Dentre essas receitas, as Transferências Correntes, conforme gráfico 1, atingiram o montante de 62,43% em relação ao total da Receita Corrente arrecadada. Esse mau desempenho foi devido à frustração de receita do Fundo de Participação do Estado – FPE, no valor de R\$ 433,5 milhões, em relação à prevista, informada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As Receitas do ICMS representam 21,29% das Receitas Correntes arrecadadas no exercício de 2009.

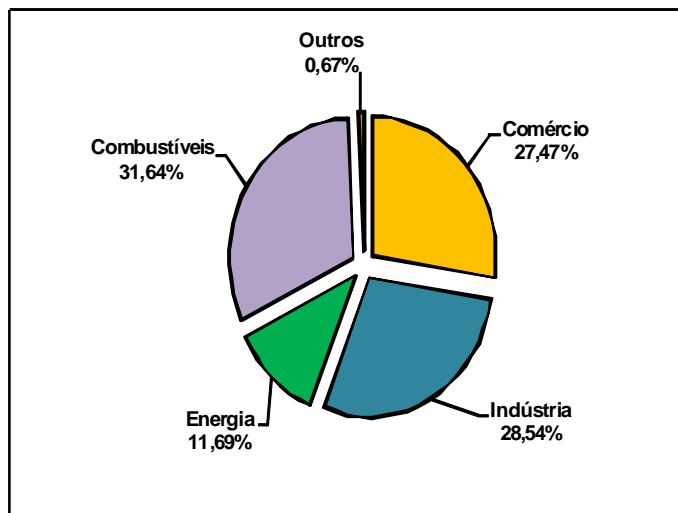
Gráfico 1: Composição das Receitas Correntes 2009



Fonte: Anexo 10

O Imposto Sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços - ICMS é o componente mais significativo da receita tributária estadual, no ano de 2009 foram arrecadados R\$ 919,56 milhões, correspondendo a 96,03% do previsto para o exercício. O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos econômicos, destacando-se, como mostra o gráfico 2, o segmento Combustível que representou 31,64% do total da arrecadação de ICMS, seguido pela Indústria, 28,54%, Comércio, 27,47%, Energia, 11,69% e Outros com 0,67%.

Gráfico 2: ICMS - Arrecadação por segmento econômico - 2009



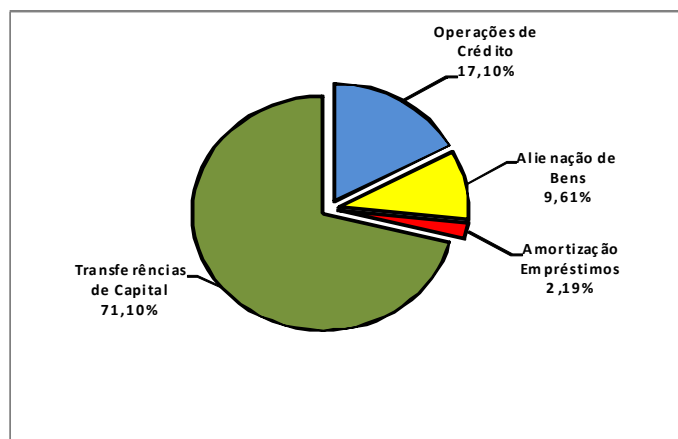
Fonte: Sefaz

As Receitas de Capital, como apresentado no gráfico 3, atingiram R\$ 460,62 milhões, relativa aos ingressos dos recursos provenientes de Operações de Crédito (17,10%), Transferências de Capital (71,10%), Alienação de Bens (9,61%) e Amortização de Empréstimos (2,19%).

Os recursos provenientes de Operações de Crédito foram decorrentes do MCC – Médio Crédito Central S.P.A (Projetos Eixos Rodoviários); do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, tendo como credor o BIRD; e da Operação de Crédito Interna referente ao Programa de Habitação – CEF.

A rubrica Transferências de Capital foi constituída dos seguintes recursos: Transferências de Convênios da União para o SUS; Transferências de Convênios da União para o Programa Educação; Transferências de Convênios de Instituições Privadas e Outras Transferências de Convênios da União.

Gráfico 3: Composição das Receitas de Capital, 2009



Fonte: SIAFEM – Anexo 10

A Receita Corrente Líquida - RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 anteriores, conforme preceitos do § 3o do art. 2o da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

É utilizada como parâmetro na determinação de limites da despesa total com pessoal, dívida pública, das garantias e contra garantias e das operações de crédito.

No exercício de 2009, correspondeu ao volume de R\$ 3,4 bilhões.

2. COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS

A despesa liquidada, no exercício de 2009, como demonstra a tabela 2, corresponderam a R\$ 4,0 bilhões, equivalendo a 85,01% do orçamento fixado para o exercício.

As Despesas Correntes agregam os gastos de caráter permanente e continuado da atividade governamental, liquidadas, no exercício, num valor de R\$ 3,13 bilhões, correspondendo a 95,65% do orçado para o período.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais corresponderam no exercício a R\$ 1,77 bilhão. Esclarece-se que, mesmo com o crescimento de 6,11% sobre o orçamento fixado, os gastos se mantiveram dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A rubrica Juros e Encargos da Dívida que agrupa o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, totalizaram R\$ 33,83 milhões.

As Outras Despesas Correntes que contemplam gastos relativos à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios atingiram o montante R\$ 1,32 bilhão, o que representa 85,37% do fixado para o ano.

As Despesas de Capital atingiram 74,75% do orçado para o exercício, totalizando um valor de R\$ 873,70 milhões. Esta categoria econômica é representada pelos Investimentos que alcançaram R\$ 734,20 milhões; Inversões Financeiras R\$ 16,00 milhões; e Amortização da Dívida com valor de R\$ 123,49 milhões.

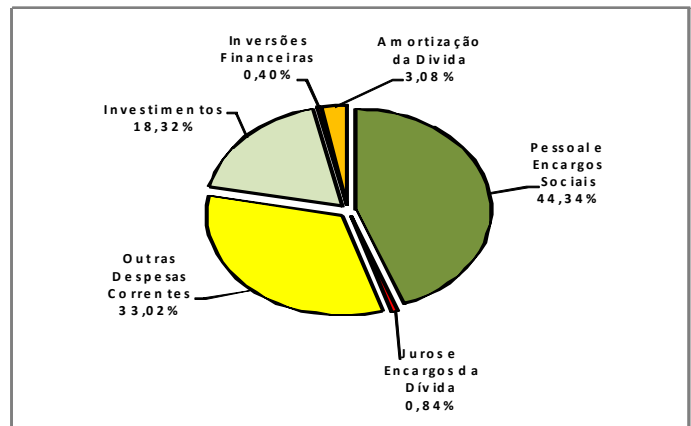
Tabela 2: Balanço Orçamentário da Despesa Liquidada em 2009

Despesas	R\$ Mil		
	PREVISÃO 2009 (a)	LIQUIDADADA 2009(b)	% c / a
Despesas Correntes	3.276.675	3.134.033	95,65
Pessoal e Encargos Sociais	1.674.549	1.776.913	106,11
Juros e Encargos da Dívida	52.121	33.836	64,92
Outras Despesas Correntes	1.550.005	1.323.284	85,37
Despesas de Capital	1.168.770	873.704	74,75
Investimentos	978.481	734.203	75,03
Inversões Financeiras	34.320	16.003	46,63
Amortização da Dívida	155.968	123.498	79,18
Reserva de Contingência	269.016	0,00	0,00
TOTAL	4.714.461	4.007.737	85,01

Fonte: SIAFEM - IMPBY

O gráfico 4 apresenta a composição da despesa em 2009. A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, com 44,34%, está abaixo do limite prudencial de 46,55% e do limite legal de 49%. Os investimentos mantiveram-se em 18,32% e as Outras Despesas Correntes, representam 33,02% do total da despesa.

Gráfico 4 – Composição da despesa em 2009



Fonte: SIAFEM - IMPBY

A tabela 3 demonstra que o Governo, no exercício financeiro de 2009, cumpriu os limites estabelecidos na legislação vigente. Ressalta-se o percentual de 15,67%, aplicados na função saúde, prioridade desse Governo, bem acima do limite constitucional de 12%, garantindo a recuperação e a ampliação da infraestrutura de serviços essenciais na área da saúde, bem como o suprimento contínuo de insumos e medicamentos nas unidades hospitalares.

As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram 26,12% da Receita Líquida de Impostos.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais, no exercício de 2009, corresponderam a 44,06% em relação à Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial que é de 46,55%.

Tabela 3: Limites constitucionais em 2009

Despesa	Limite Constitucional	Percentual alcançado em 2009
Educação	25%	26,12%
Saúde	12%	15,67%
Pessoal	49%	44,06%

Fonte: SEFAZ

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do ativo disponível e dos haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados, que no período apresentou um montante de R\$ 374,9 milhões, correspondendo a 11,01% da RCL. Essa relação é bem inferior ao limite fixado na Resolução no 40, do Senado Federal, em seu art. 3o, inciso I, que permite um montante de até 2 vezes a receita corrente líquida.

Tabela 4: Composição da dívida em 2009

Descrição	R\$ Mil 2009
I - Dívida Consolidada Líquida	374.955
II - Limite Constitucional	6.812.833
III - Receita Corrente Líquida	3.406.416
IV - % da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL (I/III*100)	11,01

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

O Resultado Primário, segundo o conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, é a diferença entre as receitas não-

financeiras e as despesas não-financeiras, ou seja, indica se os gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com suas arrecadações.

Dessa forma, demonstra-se a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nesse parâmetro, apresenta-se o grau de autonomia do Estado para, utilizando-se de suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrarem os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (incluídos os investimentos) e ainda, gerarem poupança para atender ao serviço da dívida.

No exercício de 2009, o Resultado Primário, como mostra a tabela 4, atingiu o valor de R\$ 252,1 milhões, superando, portanto, a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2009 de R\$ 65,26 milhões.

ANEXO II – REALIZAÇÕES EM 2009

1. INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

1.1. Infraestrutura de Transportes

O Governo do Tocantins priorizou a melhoria da infraestrutura viária, com a pavimentação e conservação da malha viária estadual, para garantir a trafegabilidade e facilitar o escoamento da produção com custos menores.

Para tanto, já foram pavimentados 168 km de estradas, ao passo em que, 22 obras de pavimentação estão sendo executadas, destacando-se, no quadro um, os seguintes trechos:

Quadro 1 - Principal trechos em pavimentação

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
TO-280	Ponte sobre o Rio Formoso / COBRAPE	56,66
TO-296	Jaú do TO / Talismã	62,92
TO-130/TO-162	Ponte Alta do TO / Pindorama / Silvanópolis	138,07
TO-348	Entroncamento TO-080 / Barrolândia	57,21
TO-342	Miranorte / Dois Irmãos	77,00
TO-164	Xambioá / km 16	13,79
BR-242	Peixe / Paranã	57,00

Fonte: Dertins-2009

As mais recentes são a Rodovia TO-348, que ligará a cidade de Barrolândia ao entroncamento da TO-080, próximo à capital, beneficiando os assentamentos da região, e a pavimentação da Rodovia TO-342, que liga Dois Irmãos à BR-153, nas proximidades de Miranorte.

Foram executados serviços de conservação das rodovias existentes, totalizando 1.120km de revestimento primário em 21 trechos não pavimentados em todo Estado do Tocantins, destacando-se:

- Rodovia TO-030, Novo Acordo / São Félix do TO, com 146 km de extensão;
- Rodovia TO-020 / TO-130, Novo Acordo / Rio Sono, com 57 km de extensão;
- Rodovia TO-020 / TO-245, Centenário / Lizarda, com 160 km de extensão.

Destaca-se o início da construção da ponte sobre o Rio Tocantins em Barra do Ouro com 1.133m de extensão na Rodovia

TO-425, que vai interligar os municípios de Barra do Ouro, Campos Lindos, Filadélfia e toda a região de Araguaína à região central do Estado.

O processo de construção da ponte sobre o rio Tocantins, que ligará Lajeado a Miracema, numa extensão de 609,00m, já foi iniciada.

Fora dado início também, ao processo de despesa para a construção da ponte sobre o rio Araguaia, ligando os Municípios de Xambioá e São Geraldo – PA. A ponte irá beneficiar a população dos dois Estados, facilitando o escoamento de vários produtos, principalmente a produção de cimento da Empresa Votorantin, instalada em Xambioá, com previsão de produção de 850 mil toneladas/ano de cimento.

Com aporte financeiro do Banco Mundial na implementação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, pôde-se dar continuidade às obras de melhoramento em rodovias vicinais com a execução de pontes pré-moldadas e bueiros tubulares nos municípios das regiões do Bico do Papagaio e do sudeste. O quadro 2 mostra a situação, até dezembro de 2009, da execução do componente de melhoramento de rodovias vicinais do PDRS. As obras nessas duas regiões deverão ser concluídas no início de 2010. Esse programa visa a melhoria nas condições das estradas, o aumento do conforto dos usuários e a não interrupção do tráfego em períodos chuvosos, atendendo a antigas reivindicações das comunidades locais, além de facilitar o escoamento da produção regional.

**Quadro 2- Síntese das obras executadas do PDRS
Regiões sudeste e jalapão - 2009**

Obras	Unidade	Quantidade	Execução (%)
Bueiros (unid)	Un.	1.150	72
Pontes (unid)	Un.	361	79
Melhoramento de Graide (km)	Km	28	61
Patrolamento (km)	Km	1.696	56

Fonte: Dertins-2009

Com o objetivo de melhorar a energização das cidades e do campo, foram construídos 9.000m de rede de distribuição de energia urbana em diversas localidades do Estado, havendo, ainda, a elaboração e execução de 152.854km de projetos de redes de eletrificação rural, beneficiando os setores da agropecuária e agroindústria.

1.2. Infraestrutura Hídrica

Houve um avanço na construção de barramentos e infraestrutura hídrica, com investimentos da ordem de R\$ 77,8 milhões destacando-se:

- **Construção de barramentos visando o armazenamento de água para usos múltiplos - Eixo 16 – Arraias:** deu-se início na construção do barramento do tipo gravidade em concreto compactado com rolo, para o armazenamento da água a ser aproveitada, com investimentos de R\$ 22,7 milhões, visando o desenvolvimento da agricultura irrigada;

- **Implantação de infraestrutura hídrica do projeto São João:** em 2009, finalizaram-se a construção da captação no rio, e a implantação das redes de energia do local, além da continuação da construção dos canais, do sistema viário do local e o desenvolvimento da área de plantio experimental, sendo investidos R\$ 43,9 milhões. Em janeiro de 2010, estarão em oferta

59 lotes destinados a pequenos produtores, bem como, serão disponibilizados lotes empresariais;

- **Implantação de infraestrutura hídrica do projeto Manuel Alves:** irrigação de uma área piloto com a finalização do sistema viário, implantação de sistemas de irrigação em lotes, desenvolvimento de área experimental e finalização dos sistemas de rede pressurizada e início dos estudos de viabilidade para a ampliação da área irrigada de 1.250ha, onde os pequenos produtores estão cultivando, milho, melão, melancia, mandioca, banana e abóbora kabutiá;

- **Implantação de infraestrutura hídrica do projeto Sampaio:** foi finalizada a captação com a implantação das bombas, continuação da construção do sistema viário, dos canais principais, da rede pressurizada e das Estações de Bombeamento, além do início da construção da drenagem do projeto, os investimentos no projeto foram de R\$ 6,8 milhões, em 1.250ha.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1. Agricultura e Pecuária

Foram desenvolvidas ações para a organização gerencial de 25 cadeias produtivas do agronegócio. As principais são relativas a mandioca, grãos, oleaginosas, pupunha, oleráceas, silvicultura, fruticultura, flores tropicais, pecuária de corte, bovinocultura de leite, piscicultura, apicultura e avicultura. Os trabalhos de organização das cadeias produtivas do agronegócio subsidiaram o suporte para o desenvolvimento da produção agropecuária, destacando-se:

- Instalação de uma usina de álcool de mandioca e amiláceos na Fazenda dos Padres, município de Porto Nacional, com capacidade de produzir 8m³ de álcool fino por dia;
- Produção de 205.000 toneladas de frutas e aproximadamente 1.000.000 de hastes de flores tropicais;
- Incentivo à criação e consumo de peixe no Tocantins, com repasse de aproximadamente 2,2 milhões de alevinos e larvas de tambaqui para piscicultores do Estado, aumentando a produção e a renda de 476 produtores organizados em associações e comunidades rurais.

A Central de Abastecimento e Comercialização – Ceasa entrou em funcionamento e conta com 12 boxes empresariais de 50m² e 140 miniboxes de pequenos produtores de 5 a 10m². Neste último quadrimestre, foram comercializadas mais de 3,6 mil toneladas de frutas e verduras, demonstrando a grande aceitação da população tocaninense.

Foram adquiridos os equipamentos para a implantação do abatedouro regional de aves em Palmas.

Foram realizados estudos e pesquisas agropecuárias, nas áreas de: grãos, raízes e oleráceas, cana-de-açúcar, oleaginosas e batata doce, sementes para recuperação de áreas degradadas, fruticultura com utilização de biotecnologia, integração fruticultura-pecuária, unidade de engorda de bovino a pasto, aquicultura, e ovinocaprinocultura.

Foi doada área e disponibilizado, provisoriamente, espaço físico para o início das atividades do Centro Nacional de Pesquisa em Aquicultura e Sistemas Agrícolas – CNPASA da Embrapa, no Tocantins. Serão criadas 2 unidades, a primeira irá se especializar no segmento da aquicultura, o que possibilitará ao Tocantins se tornar um centro nacional de referência. A segunda se especializará na produção de sementes de grãos saudáveis, nas

regiões das várzeas, garantindo um plantio com alta produtividade e resistência a doenças. Atualmente, as sementes saudáveis, além de atender a demanda do Estado do Tocantins, são exportadas para os Estados do Maranhão, Pará, Bahia, Mato Grosso e Paraná.

A Feira de Tecnologia Agropecuária – AGROTINS registrou a presença de aproximadamente 42 mil pessoas que visitaram os diversos espaços e stands da feira. A edição 2009 da Agrotins movimentou cerca de R\$ 58 milhões em volume de negócios, ultrapassando em mais de 30% o montante total da edição passada. Foram realizadas 750 atividades de capacitação, dentre palestras, clínicas tecnológicas, dinâmicas e dias de campo. Estima-se uma movimentação financeira em torno de R\$ 7 milhões na economia da região, bem como, a geração de 550 empregos diretos na implantação do evento.

Agricultura Familiar

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS prestou assistência técnica e extensão rural, assistindo a 31.985 produtores rurais e capacitando 2.454 agricultores familiares.

Os técnicos do Instituto também facilitaram o processo de captação de recursos dos produtores rurais. Foram elaborados 5.793 projetos de crédito rural, com montante financeiro previsto de R\$ 100,8 milhões, para beneficiar 5.793 produtores rurais, dos quais 91% de agricultores familiares. Desse montante, já foram liberados R\$ 48,5 milhões.

Foram adquiridos 4.798 produtos diretamente da agricultura familiar, o equivalente a uma produção de 2,5 milhões de quilos de produtos, pela compra direta local, aplicando-se recursos no montante de R\$ 7,2 milhões, e beneficiando 173.882 pessoas.

Incentivou-se a produção e o consumo de hortaliças, possibilitando o beneficiamento de 96.082 famílias, com orientação e implantação de 11.567 hortas caseiras, comunitárias e escolares.

Como resultado do trabalho da assistência técnica e extensão rural têm-se uma produção assistida de agricultores familiares, conforme tabela 5:

Tabela 5 - Produção assistida na agricultura familiar

Cultura	Produção (Ton)	Agricultor familiar assistido
Arroz	24.429	9.469
Feijão	3.626	3.446
Milho	32.572	8.986
Mandioca	163.580	8.966

Fonte: Ruraltins-2009

Em 2009, foi iniciada a construção da sede do Escritório Central do Ruraltins, com previsão de conclusão em 2010. O novo prédio propiciará melhores condições de trabalho e de atendimento ao produtor rural.

Crédito Fundiário

Foram aprovados 24 projetos de financiamento de terras do Programa Nacional de Crédito Fundiário, beneficiando 844 famílias nos diversos municípios do Estado, compreendendo investimento do Governo Federal na ordem de R\$ 33,7 milhões.

Realizou-se o atendimento de 16.678 famílias de agricultores rurais, fortalecendo e desenvolvendo os assentados da reforma agrária (INCRA e Crédito Fundiário) e não assentados

(agricultores tradicionais), dando-lhes acesso ao crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, aplicando R\$ 160 milhões.

O Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) aprovou projetos territoriais do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais – PRONAT. Foram beneficiados os seguintes projetos dos territórios de identidade APA:

- Cantão, houve aplicação de R\$ 756 mil, incluindo como beneficiária, dentre outros, a Escola Agroecológica de Araguacema;
- Médio Araguaia, R\$ 624 mil, no apoio a atividade de bovinocultura de leite e na complementação de equipamentos para indústria de ração;
- Jalapão, R\$ 1,27 milhões, com a construção de módulos da Escola Família Agrícola do Jalapão, dentre outros;
- da cidadania no Tocantins, no Bico do Papagaio, R\$ 1,47 milhões, para o setor apícola e a construção de módulos dormitório e cantina da Escola família Agrícola em Esperantina; e
- Sudeste, R\$ 1,48 milhões, para os setores de cachaça de alambique, casas de farinha móvel, viveiro de mudas, dentre outros.

Regularização Fundiária

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS desenvolveu as seguintes atividades:

- Diagnóstico fundiário numa área de 590.345ha;
- Arrecadação de 171.620ha de imóveis rurais;
- Demarcação de 40.730ha de terras públicas;
- Vistoria ocupacional em 79.039ha de imóveis rurais.

Assim, foram beneficiadas 427 famílias com a expedição de títulos definitivos de domínio de terras em ocupação, oportunizando o acesso às linhas de crédito destinadas ao setor agropecuário, disponíveis nas instituições bancárias.

Defesa Agropecuária

A atuação da defesa agropecuária foi responsável pela manutenção do status sanitário do Estado do Tocantins como livre de Febre Aftosa com vacinação, livre de Peste Suína Clássica, manutenção do conceito “C” no Plano Nacional de prevenção da Influenza Aviária e de controle e prevenção da Doença de Newcastle, status esse que contribui para manutenção das exportações de carne, abertura de novos mercados e estimulação o agronegócio do Tocantins. A vacinação anti-aftosa realizada no rebanho bovino obteve um índice vacinal de 99,26% em maio e de 99,32% em novembro.

As ações de fiscalização, monitoramento, prevenção, controle e erradicação de doenças nos animais de produção e nos produtos de origem vegetal estiveram presentes em todos os municípios do Estado do Tocantins, permitindo a manutenção da qualidade dos produtos, obedecidos às normas vigentes estabelecidas em lei. O quadro 3 distribui os tipos de fiscalizações realizadas pela ADAPEC em 2009.

Quadro 3– Fiscalização realizada pela Adapec em 2009

Tipo de Fiscalização	Quantidade
Comércio de insumos pecuários, dos eventos pecuários e o trânsito de animais, seus produtos e subprodutos	107.256
Laticínios	213
Frigoríficos	189
Comércio e da Devolução das Embalagens Vazias de Agrotóxicos	1.500
Trânsito de Vegetais	14.268

Fonte: Adapec-2009

Na fiscalização de produtos de origem animal, destaca-se a fiscalização de 18.973 estabelecimentos revendedores de produtos veterinários, 736 eventos pecuários e 87.552 veículos transportadores de animais, produtos e subprodutos nas Barreiras Fixas e Volantes.

Foram interditados sete estabelecimentos, sendo seis Fábricas de Laticínios e um entreposto de produtos de origem animal, por funcionarem clandestinamente.

Com relação à inspeção sanitária vegetal, uma das principais conquistas alcançadas foi à classificação como área livre de sigatoka negra para a cultura da bananeira, abrindo espaço para o mercado dos produtores tocantinenses de banana.

O controle da produção de mudas de abacaxi teve como ponto principal a liberação de mais de 5 milhões de mudas para comercialização e aumento da área de produção. Foi realizado o monitoramento de uma área superior a 1.000ha para o controle da mosca das frutas das culturas de manga e melancia, com possibilidade de implantação de área de mitigação de risco para exportação,

Na fiscalização do comércio e do uso dos agrotóxicos, mediante a cobrança do cumprimento da legislação quanto ao uso correto e seguro dos produtos agrotóxicos, bem como, a devolução das embalagens vazias de agrotóxicos nas unidades de recebimento, obtivemos como resultado o recolhimento de 112.760kg de embalagens retiradas do campo, que levam como consequência a preservação do meio ambiente e da saúde da população.

2.2. Indústria, Comércio e Serviços

As relações de negócios entre o Estado do Tocantins e o mundo ampliaram-se após missão internacional para os Estados Unidos, Dinamarca, Índia e Emirados Árabes Unidos, onde foram firmados acordos de cooperação com empresa de diversos segmentos: tecnologia, processamento de carne e farmacêutico.

Na busca pelo crescimento das exportações tocantinenses, foram realizados contatos estratégicos para Exportação de Carnes para os Países Irã, Ucrânia e Malásia.

Objetivando a comercialização e divulgação dos produtos tocantinenses, foi fomentada a realização de feiras de negócios nas cidades de Araguaína, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Dianópolis e Palmas.

Foram dados incentivos à implantação de empresas de diversos segmentos, como é o caso do setor atacadista para a distribuição de produtos de consumo para a região Centro-Norte e Nordeste do País, que se instalou na cidade de Palmas, a implantação de uma fábrica de bicicletas, atração de uma indústria de celulose para o Tocantins, desenvolvendo a silvicultura em regiões pobres, gerando empregos, renda e desenvolvimento econômico.

Com o propósito de promover a inclusão social e econômica, a Secretaria da Indústria e Comércio realizou a revitalização do Projeto Zig Zag das cidades de Almas, Filadélfia, Tupiratins, além de apoio à implantação de centros de capacitação profissional nas cidades de Sandolândia e Lagoa da Confusão.

Realizou-se a implantação de infraestrutura básica nos Distritos Industrial I e II, em Palmas, e aprovação do Distrito industrial III, na cidade de Colinas, que estão atraindo a instalação de empresas de grande porte no Estado do Tocantins, como o caso da empresa Mariner Calçados, que gerará 750 empregos diretos e é a primeira indústria de produtos de couro do Estado, completando a cadeia produtiva do couro do boi ao calçado.

O Governo do Estado, em parceria com a iniciativa privada, busca inserir mais trabalhadores no mercado de trabalho e, para isso, tem disponibilizado instrumentos de formação e capacitação profissional como, por exemplo, aquela realizada em práticas de manipulação industrial de alimentos, com ênfase em gelatina, tendo beneficiado 60 pessoas, que devem trabalhar na empresa GELNEX, implantada em Araguaína.

A Junta Comercial do Estado do Tocantins realizou a ampliação do escritório de Araguaína que atuava somente na expedição de certidões e autenticação de livros e passou a realizar todos os serviços que são feitos na sede em Palmas, abreviando o tempo de abertura de empresas. Nos últimos meses do ano de 2009, a Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS realizou a abertura de 629 empresas, sendo o comércio com 448 novos empreendimentos, setor de serviços 137 e indústria 41 novas firmas. Ao todo, no ano de 2009, foram abertos 4.781 novos estabelecimentos no Estado do Tocantins.

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins, na busca pelo desenvolvimento econômico e social do Estado, vem atuando em três grandes eixos: Desenvolvimento Econômico, Responsabilidade Social e Consciência Ambiental, subdividido em seis linhas de crédito.

Mediante a concessão de créditos, como mostra o quadro 4, a Agência de Fomento possibilitou a manutenção de 1.033 e a criação de 386 novos postos de trabalho.

Quadro 4: Linhas de crédito da Agência de Fomento

Linha de Crédito	Total (R\$)
Agronegócio	636.146,30
Comércio e Serviço	5.634.150,36
Indústria	1.387.211,80
Informática	62.483,45
Infra-Estrutura	670.324,50
Microcrédito	313.578,68
TOTAL	8.703.895,09

Fonte: FomenTO

2.3. Turismo

Com objetivo de desenvolver o turismo no Estado, foram transferidos recursos a 35 municípios para subsidiar a temporada de praia.

Oportunizou-se a participação no 4º Salão do Turismo, em São Paulo, para a promoção e comercialização dos produtos turísticos do Estado.

Reformulou-se o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do pólo Jalapão.

No âmbito da promoção do turismo de natureza em unidades de conservação foram realizadas atividades como:

- Abertura da Trilha no Parque Estadual do Lajeado, permitindo a realização de atividades aos fins de semana;
- Realização do I Fórum de Desenvolvimento Turístico e Socioambiental do Jalapão;
- Inventário Turístico, nas cidades de Almas, Aurora e Natividade.

Foi realizada a capacitação de pessoal nos Municípios de Mateiros, Palmas, Porto Nacional, Araguañã, Peixe, Araguatins, Araguacema e Caseara e a promoção e divulgação dos roteiros turísticos tocantinenses no mercado internacional. de 1.900

2.4. Ciência e Tecnologia

No âmbito da inclusão social e digital e da qualificação do cidadão tocantinense para o mercado de trabalho, foram investidos quase R\$ 250 mil na estruturação dos pólos de EaD, na compra de equipamentos, mobiliários e material de consumo e instalados computadores no LABIN do pólo da UAB e e-Tec Brasil no município de Cristalândia.

As principais ações executadas foram:

- Concessão de crédito educativo, por meio do Proeducar, de aproximadamente R\$ 4,7 milhões, beneficiando 5.516 alunos carentes;
- Seleção de projetos para problemas prioritários de saúde e o fortalecimento da gestão do Sistema Único Saúde - SUS no Estado do Tocantins, atendendo ao programa PPSUS;
- Lançamento da Semana da Nacional de Ciências e Tecnologia, com a participação de 1.700 alunos e professores;
- Realização de curso para elaboração de projetos FINEP/ União Européia, onde participaram professores pesquisadores, representantes do Sistema S e técnicos da SECT;
- Fortalecimento do sistema de ciência e tecnologia, por meio da entrega de obras de reestruturação dos centros de pesquisas de Cangaçu e Unidade Demonstrativos Quelônios localizado na APA da Ilha do Bananal;
- Aprovação, pela FINEP do Projeto Tecnologias Sociais, no valor de R\$ 2,3 milhões, que tem por objetivo realizar ações de fortalecimento das cadeias produtivas solidárias, com processos formativos relativos à economia solidária, autogestão, educação associativa, práticas produtivas e inclusão social.

2.5. Distribuição de gás

A necessidade de regulamentação, controle e execução do processo de exploração, distribuição e comercialização de gás canalizado levou o governo a constituir investimento de capital para criação da Companhia de Gás do Tocantins, a Tocantinsgás. A companhia criada na modalidade de Sociedade de Economia Mista terá o seu capital constituído com recursos do Orçamento Geral do Estado do Tocantins, representado por trezentas mil ações sem valor nominal, sendo 50% ordinárias de uma única classe, com direito a voto, e 50% preferenciais de uma única classe, sem direito a voto. Para implantação da Companhia, foi autorizado em lei, a subscrição, por parte do Estado, de ações ordinárias com direito a voto em quantidade suficiente para manter o controle da companhia.

A Tocantinsgás tem como objetivo a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residências, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidade e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em toda área compreendida no território do Estado.

As atividades previstas pela companhia são implantação e operação de redes de distribuição, estações ou unidades de armazenamento, regulagem, compressão, liquefação, gaseificação e transvasamento de gás em qualquer parte do Estado do Tocantins, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado.

O público alvo da Tocantinsgás é composto por empresários dos ramos industrial, comercial e de serviços.

3. MEIO AMBIENTE

3.1. Gestão ambiental

Na administração pública estadual, foi formalizada e implementada a Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, que estabelece programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção.

Encontra-se em elaboração o Plano Estadual de Recursos Hídricos que será um instrumento estratégico e norteador da gestão dos recursos hídricos no Estado. Também estão em elaboração os Planos das Bacias Hidrográficas dos Rios das Balsas e São Valério.

Diante da situação de vulnerabilidade hídrica da região sudeste, foi iniciado o Estudo e Mapeamento Hidrogeológico da região, para diagnosticar a disponibilidade de água subterrânea para determinar ações de combate a seca.

Realizaram-se diagnósticos e atualizações da agenda 21 ambiental, nos municípios de Caseara, Juarina, Couto Magalhães e Aurora do Tocantins. Foram organizados 3 conselhos municipais de meio ambiente em Pedro Afonso, Miranorte e Pium. Também houve adesão ao Programa de Gestão Ambiental Municipal – PGAM, em Miranorte e Dois Irmãos do Tocantins.

Outra ação executada foi a elaboração do Plano de Combate ao Desmatamento e Queimadas, nas áreas do Estado do Tocantins, realizada por parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Foi implementado o Programa de Voluntariado, como colaborador eventual, de 22 brigadistas para realizarem atividades de prevenção e combate às queimadas nos Parques Estaduais e renovação do Protocolo do Fogo nos Municípios de Caseara, Alvorada, Filadélfia, Gurupi, Pium, Mateiros, Tocantinópolis e Ponte Alta do Tocantins e monitoramento do protocolo de fogo no Município de Formoso do Araguaia.

3.2. Controle ambiental

Para a regularização ambiental de empreendimentos, o NATURATINS emitiu em 2009, 1.331 atos administrativos (Licenças Prévias, Instalação e Operação).

Esse progresso favoreceu a fiscalização e controle ambiental de produtos da flora e fauna do Estado, como o combate ao tráfico de capim dourado, com apreensão de 18 kg do produto no

Município de Ponte Alta do Tocantins. A ação foi executada em parceria com a DEMA – Delegacia Estadual de Crimes contra o Meio Ambiente, sendo os investimentos de R\$ 258 mil.

Os bons resultados são observados por meio das ações de fiscalização empreendidas pelas Unidades Regionais do Naturatins distribuídas no Estado, somando-se as apreensões de 10.925Kg de pescados, 42.757m de redes malhadeiras, 3.027m³ de madeira por transporte irregular, e a captura de 693 animais silvestres, dentre eles caças abatidas e animais em cativeiro vítimas de tráfico.

Com a implantação de projetos de conservação e manejo da fauna e flora, o Governo revitalizou o Projeto Quelônio do Tocantins, com soltura no início de novembro, na base de Araguatins, de cerca de 8.000 filhotes e na base de Brejinho de Nazaré, mais 1.500 foram introduzidos no balneário dos Ipês, chegando ao final do exercício de 2009 com uma meta alcançada de 60.000 solturas (tartarugas e tracaças).

No que se refere à regularização florestal, foram analisados mais de 4 mil processos e emitidos 659 Certificados de Regularidade Florestal, 659 termos de responsabilidade de Averbção de Reserva Legal, 442 Autorizações de exploração Florestal, e 202 Autorizações de Queima Controlada, além de produção e doação de mudas para a reposição de áreas degradadas.

Em continuidade aos atos administrativos do órgão, para a gestão dos recursos hídricos disponíveis em território tocantinense, foram analisados 637 processos e emitidos 383 atos administrativos (portarias de outorgas, declaração de uso insignificante e anuências prévias).

Nas ações de educação ambiental, ferramenta essencial na construção de valores e hábitos ambientalmente corretos, foi realizada cerca de 250 ações envolvendo os 139 municípios tocantinenses. Dentre elas, destacam-se as oficinas com materiais reciclados, palestras educativas focando temas como queimadas, lixo, água e solo; implantação dos Protocolos Municipais de Controle e Combate ao Uso do Fogo, contratação de brigadistas, apoio à implantação dos Fóruns Municipais de Lixo e Cidadania e repasses do ICMS-Ecológico destinado aos municípios tocantinenses.

4. POLÍTICAS SOCIAIS

4.1. Saúde

Visando garantir o cumprimento das políticas públicas aplicáveis à área da saúde, foram desenvolvidas diversas ações de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde pública.

No segmento de atenção básica, vários compromissos foram realizados como a pactuação do Estado junto ao Ministério da Saúde para redução de 5% da mortalidade infantil. Nesse sentido, foi elaborado o Plano Estadual de Redução da Mortalidade Infantil, visando a implementação de ações que contribuirão para diminuir o índice de mortalidade infantil.

Outro fator de relevância é o alcance de mais de 70% de cobertura na 2a etapa da Campanha de Vacinação contra Poliomielite, em parceria com os municípios. Com mais de 74 mil doses aplicadas foi possível imunizar 73,67% das crianças menores de cinco anos.

Destaca-se também a capacitação de técnicos da atenção básica, realizando 71 eventos entre cursos, capacitação e oficinas,

nas áreas técnicas de saúde da criança, adolescente, mulher, idoso, bucal, prisional, ESF, alimentação e nutrição, hipertensão e diabetes e promoção da saúde e monitoramento e avaliação, abrangendo um total de 3.757 profissionais de vários municípios.

Com relação aos indicadores de saúde da atenção básica houve superação da meta pactuada para população cadastrada pela Estratégia de Saúde da Família, de 77% para 96,39%. Outro indicador refere-se à proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas pré-natais, onde foi pactuado 88% com alcance de 89%, e ainda a proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas pré-natal, onde foi pactuado 41,17% , com alcance de 51,52%.

Em relação à vigilância sanitária trabalhou-se para reduzir o número de casos de dengue no Estado, realizando-se diariamente um monitoramento estratégico em 10 municípios tidos como prioritários e semanalmente nos demais municípios. Com ênfase na parceria entre o Governo do Estado e o Ministério Público, outra doença que vem sendo monitorada mediante projetos voltados para divulgação dos sinais, sintomas e tratamento, é a doença de chagas.

Foi realizado o 1º Treinamento sobre Vigilância do Óbito em relação aos manuais e fichas de investigação, com a participação de 13 municípios do Estado.

Foram realizadas inspeções sanitárias em 12 Sistemas de Abastecimento de Água em 10 municípios. Nesta área também foram realizados 156 eventos de capacitações com um investimento de mais de R\$ 1 milhão.

Na assistência farmacêutica, foram aplicados mais de R\$ 6 milhões para realização de 36.000 atendimentos a pacientes pelo Componente de Medicamentos de Dispensação Excepcional.

Em relação aos hospitais, foram ampliados dois leitos na Unidade de Terapia Intensiva pediátrica e 2 salas de cirurgia do Hospital Geral de Palmas – HGP. Houve também a contratação de recursos humanos e aquisição de equipamentos para o seu devido funcionamento.

O Governo entregou instrumentos cirúrgicos para 17 hospitais regionais, sendo 85 caixas cirúrgicas, com investimento aproximado de R\$ 445 mil. As unidades hospitalares também foram beneficiadas com mais de 800 equipamentos de informática e investimento aproximado de R\$ 3 milhões.

Foi implantado o “Cineminha da Mamãe”, que acontece uma vez por semana, na sala de recreação da Unidade de Terapia Intensiva, onde as mães assistem a filmes e são acompanhadas por profissionais para uma roda de bate-papo, com o objetivo de amenizar o tempo de dor e espera das mães dos bebês que estão internados na Unidade.

No Hospital Maternidade Dona Regina, foi implantado o ambulatório de odontologia para nascidos na Unidade e que tiveram passagem pela Unidade Intermediária – UI ou pela Unidade de tratamento intensivo – UTI, logo após o parto.

Além das melhorias nos serviços hospitalares priorizou-se também a qualificação de servidores com realização de cursos e especializações, a exemplo da implantação da residência multiprofissional em saúde da família, e a capacitação de 465 profissionais do Hospital Regional de Porto Nacional em Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco PNH/QUALISUS.

Os profissionais da área de gestão estratégica da saúde

também foram contemplados com a qualificação de 873 técnicos, com o investimento aproximado de R\$ 882 mil.

Toda esta estrutura física e material permitiu que o Estado realizasse pela primeira vez uma cirurgia de replante de mão, sendo considerada de grande sucesso.

Outro destaque foi para a implantação do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea no Núcleo de Hemoterapia de Gurupi e a capacitação de 85% dos servidores da Hemorrede do Tocantins, com um investimento de aproximadamente R\$ 41 mil.

Todo esse investimento se reflete no atendimento acima de 90% às demandas transfusionais do Estado, em que aproximadamente 50% dos doadores de sangue são voluntários.

Pelo programa Desenvolvimento de Pesquisa em Medicina Tropical, promovido pela Fundação de Medicina Tropical foram aprovados 3 projetos de pesquisa para financiamento. Outro destaque foi a reunião de pesquisadores e comunidades em Araguaínas, sobre o projeto "Apicultura como instrumento de Transformação da Agricultura Familiar do Estado do Tocantins", parceria com a UNITINS e financiado pelo CNPq e a criação do Núcleo de Telemedicina (ligado a Rede RUTE – rede universitária de telemedicina) onde estão todas as universidades, hospitais universitários e institutos de pesquisa e ensino públicos.

Foram investidos recursos para o aumento do acervo bibliográfico, com aquisição de livros; editoração e distribuição do livro de Normas Técnicas para publicação da FMT; para subsidiar autores de artigos, monografias, teses e dissertações com as normativas e regras para construção de seus textos.

Destaque ainda para a qualificação dos técnicos com a promoção de pós-graduação Lato sensu: Vigilância em Saúde; Controle de Zoonoses II; Assistência Farmacêutica; Especialização Gestão em Assistência Farmacêutica. Assim, o programa de ensino na área de medicina tropical ultrapassou a meta física prevista inicialmente, alcançando 299,5% do que foi previsto para 2009, com um investimento de aproximadamente R\$ 275 mil.

Muitas metas ainda precisam ser alcançadas e para o próximo exercício os esforços vão se concentrar nos seguintes itens: aquisição de 170 ambulâncias, sendo 31 para os hospitais de referências e 139 para distribuição nos municípios; aumentar o número de leitos da UTI pediátrica e mais duas salas de cirurgia no HGP; conclusão das duas Unidades de reabilitação: “ReabiliTO”, sendo uma em Palmas e outra em Araguaína; construção do laboratório do hospital regional de Dianópolis; ampliação do serviço de radioterapia de Araguaína. Será concluído o ambulatório da hemorrede no HGP, e implantado o Programa Banco de Olhos e Transplante de Córnea. Também está programado o lançamento da construção do Hospital Geral de Araguaína e o Hospital Geral de Gurupi.

4.2. Educação

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, realizou obras de ampliações de espaço físico, construção ou coberturas de quadras em 54 unidades escolares beneficiando municípios de diversas regiões com recursos superiores a R\$ 4,7 milhões. Nas obras de reforma, foram investidos mais de R\$ 5,5 milhões beneficiando 28 escolas.

Com o propósito de contribuir para a melhoria no acesso à educação, foram investidos mais de R\$ 45 milhões com o transporte escolar de 20.423 alunos residente na zona rural e a

aquisição de 140 ônibus escolares para atender os 139 municípios.

Quanto à Educação Indígena, as políticas implementadas buscam viabilizar a autonomia dos povos indígenas do Estado, e as ações executadas em 2009 vêm ao encontro deste princípio adotado. No que se refere à valorização foram capacitados 115 profissionais com formação inicial em nível médio e 78 com formação inicial em nível superior. Os investimentos aplicados superaram os R\$ 1,1 milhões.

Com o objetivo de garantir a autonomia administrativa e o suporte às ações pedagógicas, foram beneficiadas 532 escolas, com recursos financeiros na ordem de R\$ 17 milhões, destinados a manutenção e aquisição de materiais e equipamentos.

Para garantir a melhoria na qualidade do ensino e no rendimento dos alunos, foram investidos mais de R\$ 5,5 milhões na realização de múltiplas atividades voltadas para a promoção, qualificação e valorização de mais de 12 mil servidores da educação.

Em 2009, foi realizada a 5ª edição do Salão do Livro do Tocantins beneficiou 20 mil servidores com o cartão-livro, os recursos aplicados na realização do evento e com o cartão-livro foram de R\$ 8,9 milhões. O 6º Salão do Livro já está sendo preparado e deverá ocorrer em março de 2010.

O Programa Pioneiros Mirins foi reestruturado com foco no desenvolvimento de atividades psicopedagógicas. Para tanto, foi criada a Fundação Pioneiros Mirins que conta com um conselho diretor, formado por representantes das Secretarias de Educação e Cultura, Esportes, Cidadania e Justiça, Juventude, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, além de representantes da sociedade civil organizada. Além disso, há possibilidade de buscarmos recursos junto às entidades públicas e privadas para implementarmos novas ações.

Para o ano de 2010, estão previstas a construção de 23 novas unidades escolares e a reforma de 200 escolas.

4.3. Cultura

Foram implantadas 16 bibliotecas públicas e modernizadas 4, com realização assegurada pela parceria com a Fundação Biblioteca Nacional e prefeituras locais. Também, foram realizadas capacitações para os técnicos que trabalham nas bibliotecas de 11 municípios, os recursos aplicados pelo Estado foram de R\$ 32 mil.

Em dezembro de 2009, foi realizada a II Conferência Estadual de Cultura, a qual contou com a participação de trabalhadores da cultura, produtores e gestores culturais de todo o Estado, contando com a realização de debates sobre as políticas públicas de cultura a serem realizadas nos próximos anos.

O Governo do Estado, por intermédio da Fundação Cultural, realizou e apoiou diversos eventos estaduais e nacionais divulgando a cultura tocantinense e proporcionando o acesso aos bens culturais e a valorização da diversidade étnica e regional, com investimento na ordem de R\$ 7 milhões.

O Governo do Estado assinou o Decreto regulamentador da Lei 1.402/2003, que institui o “Programa de Incentivo à Cultura Pró-Cultura”. O Pró-Cultura propiciará, dentre outros benefícios, a participação do Tocantins no Programa Mais Cultura do Governo Federal e garantirá recursos, assegurando percentual para investimentos na área, com o Fundo Cultural.

Os projetos contemplados pelo Pró-Cultura receberão

patrocínio do Estado em até 80% do seu valor total, sejam eles apresentados por pessoas físicas ou entidades públicas.

4.4. Esporte

Com o objetivo de incentivar as atividades esportivas de recreação e lazer, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Esporte, atendeu a todos os municípios tocantinenses mediante a distribuição de materiais esportivos com recursos aplicados de R\$ 110 mil.

Foram realizados e apoiados diversos eventos de esporte e lazer em todas as regiões do Estado, tais como: XII Circuito de Corrida de Rua do Tocantins, Jogos Abertos do Tocantins, IX Meia Maratona do Tocantins, Campeonato Estadual de Clubes e outros, com recursos de R\$ 500 mil.

Foram implantadas 16 escolinhas de iniciação esportiva, em parceria com os municípios, as quais oferecem atividades de iniciação e treinamento nas diversas modalidades esportivas e atenderam cerca de 2.500 crianças e adolescentes, com investimentos de cerca de R\$ 64 mil.

Em dezembro de 2009, foi realizado o I Encontro de Gestores Públicos Esportivos do Tocantins que teve como objetivo conhecer a realidade de cada município, apontar caminhos que possam ajudar no desenvolvimento das atividades do setor esportivo e elaborar um Plano de Desenvolvimento do Esporte para os próximos 10 anos.

4.5. Trabalho e Desenvolvimento Social

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, ofereceu cursos de apicultura, customização, decoupage, manicure e pedicure, mecânico de motocicletas, operador de caixa, pedreiro básico, auxiliar de escritório, carpinteiro telhadista, recepcionista/secretária, beneficiando cerca de 800 pessoas em todo o Estado.

Foram investidos mais de R\$ 3 milhões em projetos como: Leite é Saúde, Alimento – Mais amor e menos fome, Ciranda Alimentar e outros que visam promover a segurança alimentar e nutricional das famílias de baixa renda, com atendimento para cerca de 15 mil famílias ao ano.

Também foram realizadas 24 Oficinas de Educação Alimentar e Nutricional em diversos municípios e em 8 Comunidades Quilombolas, com o objetivo de oferecer práticas alimentares saudáveis, incentivar e valorizar o plantio/consumo de alimentos regionais, totalizando 630 participantes e recurso aplicados de R\$ 260 mil.

Com o objetivo de criar oportunidades de geração de renda de forma sustentável, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social impulsiona projetos de Apicultura, Piscicultura, Agroindústria, Confeção e outros. As famílias envolvidas recebem os equipamentos, materiais de consumo, capacitações e acompanhamento técnico com orientações necessárias para alavancar a produção.

No último trimestre de 2009 foi entregue no Município de Crixás, fábrica de temperos que contribuirá diretamente com a geração de renda de 15 famílias. Mais três municípios contam com essa iniciativa: Brejinho de Nazaré, Araguatins e Dois Irmãos.

Os municípios de Miracema, Porto Nacional, Colinas e Barrolândia foram beneficiados com o co-financiamento a 12 entidades, o que auxiliará no desenvolvimento de projetos de geração de renda como: Corte e Costura; Marcenaria; Bordado;

Culinária e Manicure e Pedicure, que juntas beneficiam cerca de 2.000 pessoas.

Para 2010, o número de beneficiários da geração de renda será ampliado com a implantação de um novo projeto “Macroprojeto de Inclusão Socioprodutiva do Tocantins” que está sendo elaborado e contará com a parceria do Governo do Estado, Ministério do Desenvolvimento – MDS e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O Macroprojeto deverá contemplar as cadeias produtivas da Mandioca, Piscicultura, Apicultura, Vestiário e Reciclagem.

O Programa Banco da Gente/Microcrédito tem sido um veículo de fortalecimento e fomento de micro e pequenos empreendedores informais. Concedeu, no ano de 2009, 1.251 operações de crédito, com um investimento superior a R\$ 3 milhões. Com empréstimos no valor médio de R\$ 2.446,56 por operação, atendeu costureiras, jardineiros, salgadeiras, cabeleireiros, artesãos, serralheiros, marceneiros e outras profissões, com juros praticados na casa dos 0,5% ao mês, viabilizando a estes trabalhadores acesso ao crédito sem burocracia, público este não atendido pelo sistema bancário comercial.

Foi firmado um convênio com a Prefeitura de Palmas para apoio operacional, logístico e de fomento financeiro ao pólo de confecções. Também, foi firmado convênio com o Instituto Euvaldo Lodi -IEL/FIETO, para operacionalização, logística e fomento aos beneficiários do Programa Projovem.

No ano de 2009, foram processados 673 empréstimos para servidores públicos estaduais, com um investimento na ordem de R\$ 6 milhões. Houve também alteração das normas de concessão de crédito ao servidor público estadual, elevando o limite máximo do valor do empréstimo aos servidores efetivos e comissionados, aumento de R\$ 10 mil para R\$ 20 mil.

4.6. Habitação

No setor habitacional, o Estado do Tocantins em parceria com Governo Federal, produziu 1.335 Unidades Habitacionais (UH) com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo:

- 800 unidades habitacionais para Quebradeiras de Coco;
- 347 unidades habitacionais para região do Jalapão;
- 24 unidades habitacionais para o município de Araguatins.

Com recursos do Pró-Moradia, produzimos e entregamos no Estado, 116 unidades habitacionais para o Município de Araguatins e 48 unidades habitacionais para Tupiratins.

Por meio do Programa Cheque-Moradia, entregamos em 2009, nas modalidades construção, reforma e subsídio complementar, um montante de R\$ 637 mil.

No setor de regularização fundiária, houve o desmembramento de 28 áreas públicas municipais, originando 638 lotes unifamiliares para atender à Resolução 460 do Governo Federal, nos municípios de Paraíso do Tocantins e Gurupi.

Em Palmas, a Secretaria de Habitação realizou nas quadras ASR-SE 45 e ALC-NO 33 o micro parcelamento e laudo hidrogeológico com registro em cartório regularizando 1.498 imóveis, sendo 688 na emissão de autorização para escritura e 810 na emissão de títulos de propriedade, correspondendo ao atendimento de aproximadamente 5.000 pessoas.

Também na capital, foi aprovada e registrada a expedição das

respectivas certidões de registro da ALC-NO 43 para construção de 1.815 apartamentos pela Caixa Econômica Federal e 38 Lotes comerciais na ACSU-SE 130. Foram executadas as etapas/fases de definição de áreas para a construção da sede própria do CIRETRAN de Araguaína, Hospital Geral de Gurupi, Escola Estadual de Xambioá, do Hospital de Pequeno Porte de Alvorada e acompanhamento do Processo do loteamento da vila Dertins em Gurupi.

4.7. Segurança pública

Foi construída uma unidade de segurança pública em Araguacema com seis celas prisionais e recursos aplicados na ordem de R\$ 500 mil.

Em parceria com o Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), foram investidos mais de R\$ 2 milhões em cursos e treinamentos para formação, qualificação e valorização profissional de mais de 300 servidores.

Ainda em parceria com a SENASP, o Governo Estadual, em 2009, beneficiou 15 unidades da polícia civil com aquisição de armamentos e munições para uso policial e equipamentos para atender aos serviços administrativos, o que possibilitou melhorias no desempenho das atividades da polícia civil, sendo os recursos aplicados na ordem de R\$ 750 mil.

A Polícia Militar, em 2009, com o Programa “Polícia Militar na Defesa Social”, investiu mais de R\$ 9 milhões em ações de aquisição de veículos, fardamento para os policiais, locação da frota de veículos, manutenção das unidades da PM e outras, as quais contribuíram para uma melhor qualidade nos serviços prestados à população.

Visando o fortalecimento da instituição e a descentralização do seu atendimento, foram realizadas as três etapas do concurso público para o Curso de Formação de Oficiais – CFO, com oferta de 40 vagas. Foram aplicados mais de R\$ 100 mil e o resultado final está previsto para o primeiro quadrimestre de 2010.

Com o Programa de Resistência às Drogas e à Violência nas Escolas (PROERD), realizado em escolas de todo o Estado, públicas e privadas, foram formados cerca de 20 mil alunos do Ensino Fundamental.

O Corpo de Bombeiros Militar, com o objetivo de garantir os serviços de proteção à vida e aos bens da comunidade, atualmente conta com um efetivo de 452 profissionais e está presente diretamente em cinco Municípios: Araguaína, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, em companhias operacionais que realizam atividades de resgate, buscam salvamento e combate a incêndio.

Buscando a excelência na prestação dos serviços, investiu mais de R\$ 600 mil em ações de aquisição de equipamentos de salvamentos e combate a incêndios, aquisição de viaturas para salvamento e resgate, capacitação dos profissionais, campanhas educativas de prevenção e preparação a desastres e outras.

4.8. Organização do Trânsito

Em 2009, o DETRAN investiu mais de R\$ 500 mil na realização de diversas atividades de educação para o trânsito e Campanhas Educativas, as quais contribuíram para uma melhora significativa na qualidade da educação voltada para a conscientização da comunidade no que tange a conhecimentos essenciais à convivência responsável e segura no trânsito.

Foram realizadas 202 Bancas Examinadoras Móveis nas 18 regiões do Estado com atendimento aproximado de 50 mil pessoas e recursos investidos superiores a R\$ 500 mil.

Também foram realizadas fiscalizações e visitas técnicas nos Centros de Formação de Condutores – CFC's, clínicas médicas e psicológicas, despachantes, fábricas de placas e veículos.

4.9. Cidadania e justiça

Com os serviços do Balcão da Cidadania foram beneficiadas mais de 67.000 pessoas, de diversos municípios, quanto à emissão de documentação civil básica (identidade, CPF, registro civil, carteira de trabalho, fotos e cópia de documentos) com investimentos no montante de R\$ 1 milhão.

O Tocantins aderiu à Campanha Nacional de Sub-registro realizando mais de 700 atendimentos, com emissão de segunda via de certidões (nascimento e casamento) em diversos municípios, contribuindo para a formação de uma sociedade cidadã.

Com relação à proteção e defesa dos direitos do consumidor foram investidos mais de R\$ 200 mil em fiscalização, orientação e divulgação por meio de campanhas, palestras, blitz e curso de capacitação, visando à formação de cidadãos conscientes quanto aos seus direitos e deveres.

Está em fase de implantação, em Palmas, o Centro de Internação Provisório - CEIP com capacidade para 20 adolescentes autores de atos infracionais, onde ficarão internados por 45 dias com acompanhamento de psicólogos, pedagogos e terapeutas ocupacionais favorecendo meios de ressocialização e a construção de um novo projeto de vida. Para tanto, foram investidos mais de R\$ 2 milhões.

4.10. Juventude

No setor da juventude, ações de qualificação social e profissional, e estratégias que possibilitam a inserção do jovem no mercado de trabalho são desenvolvidas com parcerias entre Governo do Estado e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE com investimentos de mais de R\$ 12 milhões em programas como Projovem Trabalhador e o Juventude Cidadã.

Em 2009, o Projovem Trabalhador qualificou 4.000 jovens de 79 municípios, destes cerca de 1.630 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Programa Juventude Cidadã beneficiou mais de 1.800 jovens de 70 municípios do Estado, contribuindo para a elevação da escolaridade e o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Foram concedidas cerca de 300 bolsas a estudantes universitários de instituições de Ensino superior não gratuita, com recursos aplicados superiores a R\$ 400 mil.

Com objetivo de oportunizar a primeira experiência profissional, foram aplicados mais de R\$ 1 milhão em capacitações e bolsas-estágio para cerca de 250 jovens secundaristas e universitários.

Foram instalados 88 Telecentros Comunitários, mediante parcerias com o Governo Federal, por meio do Ministério das Comunicações e prefeituras para inclusão digital da população de diversos municípios tocantinenses. Os telecentros contam com salas de aula e tele-salas, 11 computadores ligados a internet via satélite de alta velocidade, kit multimídia e mobiliário completo, além de espaços para dança e áreas de lazer que servem como

ferramentas no desenvolvimento de atividades da escola da juventude.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

5.1. Planejamento governamental

Realizou-se a revisão do Plano Plurianual 2008-2011, Lei 2050, e a elaboração da Lei Orçamentária Anual, Lei 2051, ambas de 7 de dezembro de 2007, onde está previsto para os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, no montante de R\$ 5,7 bilhões.

Na região sudeste, o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, contou com a articulação da Secretaria do Planejamento e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na mobilização para instalação de 20 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Estes conselhos, no âmbito do PDRS, irão preparar os futuros Planos de Desenvolvimento Rural.

Representantes municipais da área de gestão e administração das políticas públicas do município participaram dos Seminários de Planejamento e Orçamento Municipal. Ao todo, 400 técnicos municipais das áreas do Planejamento, Orçamento, Administração, Controle Interno, Assessores Técnicos, além de Prefeitos e Vereadores Municipais participaram de processo de capacitação nas áreas de elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento, Captação de recursos, e do Sistema de Convênios do Governo Federal, SISCONV.

Foram conduzidos estudos dos recursos naturais e uso do território tocantinense, denominados de i) Mapeamento da Dinâmica da Cobertura e Uso da Terra e ii) Mapeamento das Regiões Fitoecológicas e Inventário Florestal. Nesses estudos, pesquisou-se a Dinâmica Socioeconômica do Centro do Estado, e o mapeamento final da cobertura e uso da terra para os anos 1990, 2000, 2005 e 2007 do norte do Estado. Os resultados poderão ser empregados no planejamento de políticas de ordenamento territorial, proteção e conservação ambiental, usos múltiplos e conservação de recursos hídricos, e infraestrutura produtiva.

Elaborou-se o Anuário Estatístico do Tocantins – 2009, que contém dados estatísticos na forma impressa e na internet, em seus aspectos geográficos, econômicos, demográficos, infraestrutura e sociais.

No setor de pesquisas macroeconômicas, o principal produto foi o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Tocantins, fruto de parceria entre a Secretaria do Planejamento e o IBGE. O PIB permite medir a riqueza e mostrar a evolução dos agregados econômicos, servindo de parâmetro para a elaboração de políticas públicas e fonte de informação para potenciais investidores, acadêmicos, dentre outros.

O Governo do Estado do Tocantins obteve financiamento de US\$ 375 milhões do Banco Mundial, US\$ 165 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Esses recursos serão utilizados no Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável (PDRIS) e no Programa de Perenização dos Rios da Região Sudoeste do Estado (Prodoeste). As cartas-consulta dos projetos já passaram pela aprovação da Secretaria de Assuntos Internacionais e da Comissão de Financiamentos Externos – Cofix.

No PDRIS estão previstos os componentes de i) melhoria da gestão pública, ii) promoção e fortalecimento do sistema produtivo, iii) conservação e uso sustentável dos recursos

naturais, e iv) melhoria da eficiência do sistema de transportes.

A Secretaria do Planejamento está coordenando o Planejamento Estratégico do Tocantins para os próximos 30 anos. Serão definidas a visão de futuro, os objetivos estratégicos, as metas de desenvolvimento e a criação de indicadores de resultados. Este planejamento será feito por gestores e técnicos das Secretarias, a fim de alinhar os conceitos de planejamento por resultados e projetar ações para o alcance efetivo de resultados de curto, médio e longo prazos. As diretrizes visam atender aos princípios de sustentabilidade ampla e da governança. Para isso, são considerados como essenciais os fatores econômicos, políticos e ambientais do desenvolvimento. Além disso, será necessário submeter as propostas de governo a um processo de negociação com instituições públicas, privadas e sobretudo com a sociedade civil.

5.2. Gestão Administrativa

O Serviço de Atendimento Rápido ao Cidadão É PRA JÁ vem ampliando o acesso do cidadão às informações e aos serviços públicos. Pesquisas semanais realizadas com usuários comprovam o índice médio de satisfação de 99,2 % nas duas unidades – média de 86% dos entrevistados apontam como ótimo o serviço prestado. Foram realizados na unidade de Araguaína 206.000 atendimentos e na unidade de Gurupi 158.000 atendimentos.

Implantação do Programa de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA. Tem por objetivo promover a adesão de Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual ao Programa, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Órgãos adesos: Secretaria da Administração, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO e o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo, em que foram capacitados 1.674 servidores em diversas áreas: desenvolvimento de competências em Informática, palestras setoriais, desenvolvimento de competências gerenciais, desenvolvimento de competências especiais, desenvolvimento de competências técnico administrativas.

O Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – PLANSAÚDE, possibilitou a realização de mais 1 milhão de procedimentos médicos e odontológicos, internações, exames e outros procedimentos simples.

5.3. Gestão da Previdência Estadual

O IGEPREV conta hoje com, aproximadamente, 30.000 segurados ativos e 5.700 beneficiários, entre aposentados e pensionistas, oriundos de todos os Poderes e instituições do Estado, e dentre as atividades desenvolvidas em 2009, destacam-se:

- A migração dos inativos e pensionistas das folhas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para a folha do IGEPREV;
- Criação e apreciação da Política de Investimentos para o ano de 2010, em atendimento à resolução 3790/09;
- A definição do modelo de gestão da política de investimentos foi um fator importante, junto com a estrutura de gestão de ativos, os critérios de credenciamento e de avaliação dos gestores externos, a política de locação de recursos e da

carteira de investimentos, e comparação de indexadores de mercado;

- Realização da Compensação Previdenciária entre o RPPS/TO e RGPS/INSS, que constitui recursos do Fundo Previdenciário;
- Combate a fraudes por meio do recadastramento de aposentados e pensionistas com vistas a coibir o pagamento indevido ao segurado/beneficiário em razão de falecimento ou perda do direito ao benefício como casamento, implemento de maioridade, cessação da invalidez, entre outros.

5.4. Regulação de Serviços Públicos

A Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR tem a função de garantir a qualidade dos serviços públicos delegados, promovendo o equilíbrio das relações entre a sociedade, a concessionária e o Estado, preservando os investimentos e o crescimento dos setores, visando a sua excelência e a satisfação do cidadão tocantinense. Para isso, tem exercido a fiscalização e divulgação de normas e procedimentos a serem seguidos pelos usuários em conjunto com as agências nacionais de regulação, a saber: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, nos diversos municípios do Estado, e ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Realização de estudos para elaboração da resolução referente ao reajuste dos coeficientes tarifários do Serviço de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Tocantins, juntamente com o levantamento dos Terminais Rodoviários visando à propositura de Convênios para Administração dos Terminais.

Realização de Ações de Fiscalização nos Sistemas de Abastecimento de Água das cidades, com a verificação da qualidade da água distribuída para a população, com vistas a manter a segurança na manutenção dos padrões de potabilidade e manter melhorias na prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Foram realizados estudos e análise sobre o reajuste da tarifa de Água. Foi solicitada pela Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins – SANEATINS, um acréscimo de 19,16%, onde após análise da ATR, foi homologado o reajuste tarifário em 9,80%.

Realização de Fiscalização da qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Tocantins com aplicação de Auto de Infração por transgressão dos Indicadores de Continuidade.

Verificou-se uma notável aplicação de Notificações e Autos de Infração a diversas Empresas Permissionárias e Autorizatórias dos Serviços de Transportes Interestaduais, Intermunicipais e de Transportes Alternativos em virtude de descumprimento da Legislação, ocasionando multas no valor estimado de R\$ 300 mil.

Implantação do SIGERRE - Sistema de Gerência em Regulação, com o intuito de gerir os Setores de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Tocantins.

5.5. Articulação Institucional e Governamental

A Secretaria de Governo implantou o PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA DE GOVERNO com ações inovadoras junto aos municípios. Consolidou uma equipe de assessoria técnica aos municípios prestando orientações jurídicas nas eleições municipais, elaborando projetos de captação de recursos para 58

municípios e prestando assessoria aos prefeitos e vereadores quando em visita à capital.

Implantou e acompanhou a execução de projetos do FNDE em 16 municípios tocantinenses, na formação de alunos da rede pública em iniciação profissional e efetivando a gestão de bolsas de auxílio estudantil para mais de 200 alunos. Também esteve à frente das articulações para dar suporte à estruturação da Cooperativa dos Moveleiros de Guaraí, que hoje se encontra instalada e em funcionamento, gerando renda para 20 cooperados e mais de 100 empregos diretos.

5.6. Comunicação

Na Secretaria de Comunicação concentram as principais notícias do Governo do Estado, produzidas pelos repórteres da própria Secretaria e pelos assessores de comunicação das demais Pastas do Governo. O trabalho é realizado através da Comunicação Comparada, onde é feita a análise das notícias publicadas sobre o Governo do Tocantins em seus aspectos positivos e negativos.

Utilizando o site a divulgação funciona também como agência de notícias, as reportagens são produzidas de forma jornalística e são utilizadas pela maioria dos veículos de comunicação que atuam no Estado do Tocantins (rádio, tv, imprensa e internet) como fonte de informação. Ele é atualizado diariamente e disponibiliza arquivo de fotos de eventos do Governo.

O Programa “TOCANTINS EM DIA” tem duração de 15 minutos com veiculação de segunda a sexta às 6h45 da manhã sendo retransmitido por cerca de 50 rádios comunitárias com abrangência na maioria dos municípios tocantinenses com transmissão de reportagens e entrevistas. Ele dispõe de espaço onde o governador e/ou equipe responde às perguntas dos ouvintes.

O Jornal institucional impresso - “TOCANTINS – Trabalho e Compromisso com Você” foi implantado em novembro/2009, produzido pela equipe da Secretaria da Comunicação e Assessorias de Comunicação dos demais órgãos, com tiragem de 20 mil cópias, circulação mensal sendo distribuído nos 139 municípios do Estado do Tocantins, com objetivo de divulgar as principais ações do Governo.

5.7. Ambiente externo (Gabinete do Governador)

Estivemos em audiência com Sua Excelência o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de a União pagar parte de sua dívida constitucional com o Estado do Tocantins. De um total de R\$ 1,3 bilhões, o Tocantins ainda tem a receber R\$ 758 milhões. A bancada federal conseguiu incluir desse montante R\$ 130 milhões no Orçamento da União para 2010, como parte do pagamento. Esses recursos são essenciais para garantir o desenvolvimento do Tocantins.

Na primeira missão internacional, mostramos ao mundo as riquezas e potencialidades do Estado e as possibilidades de negócios em várias áreas. O Governador visitou a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa do grupo farmacêutico Hetero Drugs e sua unidade de produção de matérias primas. O Governador firmou uma parceria com o grupo para que a tecnologia utilizada na produção de medicamentos possa ser desenvolvida no Tocantins. Também assinou um acordo de cooperação entre o Estado do Tocantins e o Estado de New Hampshire, permitindo a ampliação das relações de negócios entre os dois Estados, incluindo ações de transferência de tecnologia.

O Governador apresentou, no Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, o primeiro projeto de REDD – Redução de Emissões por Desmatamento Evitado e Degradação, e mecanismo de remuneração por serviços ambientais.

5.8. Administração fiscal e financeira

A Secretaria da Fazenda lançou a campanha Tocantins Nota na Mão, com objetivo de estimular o cidadão tocantinense por meio de campanhas educativas para exigir a emissão da nota fiscal, tendo como forma de incentivos benefícios que serão revertidos ao próprio cidadão.

Participação nas Conferências Regionais do Meio Ambiente onde estamos com uma atividade conjunta com o Meio Ambiente: Primeiro Concurso de Redação do Estado com a temática “Educação Fiscal no Contexto Ambiental” envolvendo alunos das redes públicas e particulares do ensino fundamental atingindo as 13 Regionais de Ensino do Estado.

Realização de Capacitação para professores e servidores públicos em 12 Pólos Regionais no curso de Disseminador da Educação Fiscal beneficiando 649 alunos, com parceria entre Secretaria da Fazenda, Escola de Administração Fazendária – ESAF, Secretaria da Educação e Cultura, Receita Federal, Auditoria-Geral da União, com o objetivo de desenvolver a consciência fiscal nos Pólos de Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso, Paraíso do Tocantins, Palmas, Gurupi, Dianópolis, Arraias, e Taguatinga

Com o desenvolvimento das ações estamos ampliando a rede de Disseminadores do Estado, contribuindo para que a Educação Fiscal seja universalizada em todos os pólos regionais, e os Disseminadores desenvolvam atividades voltadas à formação do pleno exercício da cidadania nas várias frentes de trabalho que atuam, nas escolas, repartições públicas, ONG, Associações e sociedade em geral, trabalhando os direitos e deveres do cidadão, despertando a responsabilidade social que todos têm para com o desenvolvimento do nosso Estado. Professores mais preparados para trabalharem as várias temáticas do Programa de Educação Fiscal no Estado. Tutores mais preparados para o desempenho das atividades do curso de Disseminadores e melhor aproveitamento dos participantes para uma gestão mais atuante no desenvolvimento das atividades do curso de Disseminadores.

Conclusão de 60% da Construção e Reforma do Posto Fiscal de Entrada de Talismã e pequenas reformas e manutenções das unidades fiscais: Agência de Atendimento Aguiarnópolis, Posto Fiscal de Levantado, Delegacia de Gurupi, Posto Fiscal de Aguiarnópolis em andamento e Posto Fiscal de Bela Vista em andamento, Posto Fiscal Serra Geral, Agência de Atendimento de Natividade, Agência de Atendimento de Araguatins e Delegacia Regional de Alvorada com investimento de US\$ 3,1 milhões.

Na área da informatização e aperfeiçoamento da Secretaria da Fazenda foram adquiridos Infraestrutura de Hardware – NF-E, Manutenção e Suporte do SOFTWARE Servidor de aplicação WEBSPHERE, Equipamentos de TI para a SEDE e as 13 Delegacias jurisdicionadas à Secretaria da Fazenda: Palmas, Tocantinópolis, Miracema, Xambioá, Araguatins, Gurupi, Porto Nacional, Pedro Afonso, Taguatinga, Alvorada, Colinas, Araguaína e Paraíso do Tocantins com investimentos de US\$ 1,26 milhão.

Foram realizados serviços de manutenção, suporte técnico e upgrade das Licenças de uso de Software IBM Websphere, implantação da ouvidoria com o objetivo de auxiliar o serviço de

telecobranças na Secretaria da Fazenda, visando reduzir a inadimplência em relação ao ICMS e IPVA.

Com o propósito de compensar a diminuição da arrecadação em razão da crise econômica mundial, foi contratado junto ao BNDES empréstimo no valor de R\$ 173,6 milhões.

ANEXO III – PERSPECTIVAS PARA 2010

1 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Infraestrutura

- Interligar 15 municípios por meio da construção de rodovias asfaltadas;
- Implantar pavimentação urbana Intertravada em todos os Municípios;
- Construir a Ponte entre os Municípios de Xambioá e São Geraldo – PA;
- Construir a Ponte entre os Municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado;
- Implantar Pólos Especializados no entorno das Plataformas da Ferrovia Norte Sul;
- Concluir 17% restante das obras do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, com a construção de pontes, bueiros e estradas vicinais, nas regiões do Sudeste e Bico do Papagaio;
- Iniciar as obras do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, com a construção de pontes, bueiros e estradas vicinais, nas regiões Nordeste e Jalapão;
- Pavimentar rodovias, construir pontes no Estado, incluindo a ponte entre os Municípios de Barra do Ouro e Filadélfia, no âmbito do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento, com recursos de financiamento do Banco Mediocredito Centrale.

Agropecuária

- Recuperar 5 milhões de hectares de pastagens degradadas;
- Promover a integração de lavoura – pecuária;
- Intensificar ações de sanidade animal e vegetal;
- Fortalecer a piscicultura com foco na ampliação do mercado interno e externo;
- Fortalecer a tecnologia da produção de carne e leite;
- Promover a exportação dos produtos agropecuários.
- Fortalecer a participação mercadológica, agregando valores e melhorando a qualidade dos produtos agropecuários

Turismo

- Executar o cadastro e fiscalização de equipamentos turísticos;
- Executar as ações do PRODETUR nas principais regiões turísticas do Estado, como Serra e Lagos, Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão e Serras Gerais, podendo ainda ser incluída a Região do Bico do Papagaio.

Indústria e Comércio

- Definir políticas de incentivos fiscais com vista à atração

de novos investimentos que resultará no aumento de emprego e renda para a população tocantinense;

- Promover investimentos em infraestrutura básica para os pátios multimodais da ferrovia Norte/Sul, para a implantação de pólos ou distritos industriais ou tecnológicos, com o objetivo de fomentar a atração de investidores para regiões distintas do Estado;

- Implantar e viabilizar distritos industriais ou áreas empresariais com infraestrutura básica, em diversas cidades do Estado que estão fora do contexto da Ferrovia Norte/Sul com vista a atrair novos investidores e aumentar a competitividade do Estado em relação a outras unidades da federação;

- Implantar pólo óptico no Tocantins que criará condições logísticas e competitivas para a atração de empresas do ramo ótico para a instalação do Estado;

- Promover a abertura de novas unidades do projeto Zig Zag que contribuirá para a abertura de novos mercados;

- Implantar balcão de informações e realização de ações visando o fortalecimento do Estado observando as potencialidades de cada região;

- Desenvolver políticas de incremento do microcrédito e crédito, como forma de fomentar o empreendedorismo em todas as cidades e fortalecendo os núcleos produtivos, visando a maior competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios;

- Reformular o Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDL;

- Ampliar o escritório da Junta Comercial do Estado – JUCETINS em Gurupi e Implantação do escritório em Dianópolis e Araguaatins.

Ciência e Tecnologia

- Implantar a “Cidade Digital” para universalizar o acesso a internet na cidade com tecnologia de ponta e baixo custo, disponibilizando a população informações e serviços públicos e privados em ambiente virtual;

- Ampliar e regularizar o Programa de Crédito Educativo – Proeducar

- Implantar cinco novos Pólos de Educação a Distância no Estado, por meio da Universidade Aberta do Brasil;

- Melhorar a qualificação profissional com a concessão de bolsas de mestrado e doutorado para servidores públicos efetivos.

2 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Construir quatro mil unidades habitacionais nos municípios tocantinenses;

- Aprimorar o programa “Minha casa, Minha vida” para municípios tocantinenses com menos de 50 mil habitantes;

- Capacitar de técnicos municipais, com a finalidade de orientá-los sobre normas técnicas dos programas habitacionais;

- Adquirir 140 microônibus para o transporte dos alunos da zona rural nos 139 municípios;

- Construir 23 novas escolas;

- Reformar 200 escolas;

- Construir dois presídios em Palmas (masculina e feminina) e duas cadeias públicas em Araguaína e Colinas do Tocantins;

- Reformar os presídios do Estado;
- Recuperar e ampliar as instalações dos hospitais de referência e das demais unidades de saúde do Estado;
- Concluir as obras do Hospital de Pediatria em Palmas;
- Construção de 139 clínicas da mulher;
- Concluir as obras das Unidades de Fisioterapia em Palmas e Araguaína;
- Iniciar as obras de construção dos hospitais regionais de Araguaína e Gurupi, com capacidade para 450 leitos cada;
- Adquirir 170 novas ambulâncias, sendo 31 para os Hospitais de Referência e 139 para os Municípios;
- Instalar no Hospital Geral de Palmas ambulatório de especialidades e colocar em funcionamento 200 leitos e aumentar o número de salas de cirurgia;
- Implantar o programa de Banco de Olhos e transplante de Córnea no Estado;
- Concluir a construção de duas unidades de reabilitação em Palmas e Araguaína;
- Garantir o suprimento contínuo de insumos e medicamentos nas unidades hospitalares;
- Regularizar a documentação dos hospitais do Estado;

3–POLÍTICA AMBIENTAL:

- Implantar nos órgãos públicos a agenda ambiental da administração pública A3P, para aprimorar a gestão ambiental no local de trabalho;
- Realizar o controle e fiscalização ambiental dos produtos de fauna e flora e empreendimentos industriais do Estado do Tocantins;
- Revisar as taxas de emissão de licença ambiental, para atração de investidores para o Estado;
- Concluir o Plano Estadual de Recursos Hídricos e Planos das Bacias Hidrográficas dos Rios das Balsas e São Valério;
- Aprimorar a Agenda 21 nos municípios tocantinenses com ênfase para o desenvolvimento sustentável;
- Realizar o monitoramento e controle dos focos de queimadas nos municípios, fortalecendo os pólos administrativos do NATURATINS;
- Dar continuidade às obras de infraestrutura hídrica para desenvolvimento hidroagrícola do Estado;
- Implantar projetos de conservação e manejo de fauna e flora, e fazer a gestão das áreas protegidas do Estado;
- Realizar o diagnóstico e recuperação de áreas degradadas;
- Orientar e capacitar os municípios para arrecadação do ICMS ecológico.

4–MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

- Promover capacitação de servidores em planejamento, orçamento e gestão;
- Fortalecer a Política de Recursos Humanos das Unidades Gestoras;
- Promover campanha de estímulo à cidadania fiscal, Nota

na Mão, por meio do incentivo aos consumidores na cobrança da nota fiscal no ato da compra;

- Promover a modernização fiscal da Secretaria da Fazenda no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – Profisco, com recursos do BID, para a melhoria do desempenho da administração fiscal;
- Realizar programação trimestral e acompanhamento mensal das metas físicas e financeiras dos órgãos da Administração Direta e Indireta;
- Fortalecer o planejamento do desenvolvimento regional e municipal por meio da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, do fortalecimento dos conselhos e fóruns de desenvolvimento e da interação com o programa Território da Cidadania;
- Implantar o Portal da Transparência.
- Regularizar o Zoneamento Ecológico Econômico.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 992/2009

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Decreto Administrativo n.º 882, de 16 de novembro de 2009, na parte que nomeou **Silvanea Vieira Guerra**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Legislativo de Gabinete de Deputado, no Gabinete da Deputada **Solange Duailibe**, para considerá-la nomeada a partir de 21 de outubro de 2009.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 8 dias do mês de dezembro de 2009.

Deputado **JUNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 004/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Hellen Lourrayne Barbosa dos Santos**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, no Gabinete do Deputado **José Geraldo**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JUNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 005/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Edivânia Rodrigues de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **José Geraldo**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 006/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Maria Aparecida da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06; **Terezinha Carneiro da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, ambos no Gabinete do Deputado **José Geraldo**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 007/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 996, de 08 de dezembro de 2009, na parte que nomeou **João Paulo Soares**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-05, no Gabinete da Deputada **Josi Nunes**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JUNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 008/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de

conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Aparecida Martins Bezerra**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, no Gabinete da Deputada **Josi Nunes**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 009/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Glaúcio Nóbrega Borges da Conceição**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06, no Gabinete do Deputado **Raimundo Moreira**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 010/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Sorayne Santana Stival Coelho**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06, no Gabinete do Deputado **Raimundo Moreira**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 011/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Direne Veloso Martins**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06, no Gabinete do Deputado **José Viana**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 012/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **América Pereira Farias**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **José Viana**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 013/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 541, de 02 de setembro de 2009, na parte que nomeou **Carlos Antônio Barreto Sobrinho**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete da Presidência; o Decreto Administrativo n.º 232, de 18 de março de 2009, na parte que nomeou **Nilson Carlos Alves Correa**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12; o Decreto Administrativo n.º 540, de 02 de setembro de 2009, na parte que nomeou **Francisco Santana Nunes da Silva**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-07, todos no Gabinete do Deputado **José Viana**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JUNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 014/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Alzira Francisca dos Santos Faria**, do cargo em comissão de Assessor Especial do Gabinete da Presidência, no Gabinete da **Presidência**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 015/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Antônio Francisco Silva**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial do Gabinete da Presidência, no Gabinete da **Presidência**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 016/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 934, de 23 de novembro de 2009, na parte que nomeou **Maria Ildene Batista Pinheiro**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-02; o Decreto Administrativo n.º 431, de 12 de maio de 2009, na parte que nomeou **Cleiton Guilherme Menezes**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04, ambos no Gabinete do Deputado **Iderval Silva**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JUNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 017/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Clerio Heleno de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, no Gabinete do Deputado **Iderval Silva**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 018/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Vera Lúcia Holanda Cavalcante Pedreiro**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **Iderval Silva**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 019/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Rosimere Gonçalves Queiroz da Roça**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15; **José Tarcizio de Sena**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18; **José Carlos Ribeiro Tavares**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, todos no Gabinete do Deputado **Iderval Silva**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 020/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **José Gorgonha de Sousa**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16; **Antônia Abreu da Silva Alves**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, ambos no Gabinete do Deputado **Iderval Silva**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 021/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 70, de 17 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Joaninha Ferreira da Silva**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04; o Decreto Administrativo n.º 70, de 17 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Kacylene Wandreyna Ribeiro Guedes**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04; o Decreto Administrativo n.º 70, de 17 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Neuracy Alves de Sousa**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04, todos no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 022/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 70, de 17 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Umbelina Macedo dos Santos**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04; o Decreto Administrativo n.º 774, de 21 de outubro de 2009, na parte que nomeou **Ieda Cardoso dos Santos**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04; o Decreto Administrativo n.º 138, de 16 de abril de 2008, na parte que nomeou **Lara Jane Sousa Araújo**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04, todos no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 023/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 138, de 16 de abril de 2008, na parte que nomeou **Nelson Antonio dos Santos**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04; o Decreto Administrativo n.º 211, de 18 de março de 2.009, na parte que nomeou **Beatriz Siqueira Braga**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-04, ambos no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 024/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 74, de 17 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Alessandra Luiz Oliveira**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-10; o Decreto Administrativo n.º 978, de 04 de dezembro de 2009, na parte que nomeou **Joana Barbosa Malheiros**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20; o Decreto Administrativo n.º 213, de 18 de março de 2009, na parte que nomeou **Ari Barreto Silva**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-07, todos no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 025/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º

201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 70, de 17 de fevereiro de 2009, na parte que nomeou **Aline Gracielle de Brito Guedes**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13, no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 026/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Trajano Coelho Neto**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-08, no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 027/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Pedro Venceslau de Lima**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 028/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Sônia Ramos de Carvalho**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 029/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Cleudiane Gonçalves Silva**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 030/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Irani Soares de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 031/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Rubiane Castro Amorim**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-20, no Gabinete do Deputado **Cacildo Vasconcelos**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 033/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Suely Santos de Sousa Aguiar**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-06, no Gabinete do Deputado **Angelo Agnolin**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 034/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o Decreto Administrativo n.º 954, de 04 de dezembro de 2009, na parte que nomeou **Layana Silva Ribeiro**, para considerá-la nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01; o Decreto Administrativo n.º 958, de 04 de novembro de 2009, na parte que nomeou **Aleksandro Santos Lima**, para considerá-lo nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-07, ambos no Gabinete do Deputado **Angelo Agnolin**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JUNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 035/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Pedrina Araújo Coelho**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17; **Muller Cesar Ciel de Sousa**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17; **Cássia Lenes Correia e Heliane Alves Pereira dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de

Assessor Parlamentar AP-20, todos no Gabinete do Deputado **Ângelo Agnolin**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 036/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **José Américo Aquino de Sousa Filho**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17; **Cristovam Correia de Carvalho**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17, ambos no Gabinete do Deputado **Ângelo Agnolin**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 037/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Paulo Pereira da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, no Gabinete do Deputado **Manoel Queiroz**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 038/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Elizete Barbosa dos Santos**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, no Gabinete do Deputado **Manoel Queiroz**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 039/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Vanderlene Lima de Sousa**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, no Gabinete do Deputado **Manoel Queiroz**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 040/2010

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **José Valdenez Ferreira Gonçalves**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01; **Dayane da Silva Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, ambos no Gabinete do Deputado **Manoel Queiroz**, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de janeiro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**
Presidente

DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA	
Amélio Cayres – PR Ângelo Agnolin – PDT Cacildo Vasconcelos – PP César Halum – PPS Dr. Zé Viana – PSC Sargento Aragão – PPS Eli Borges – PMDB Fábio Martins – PDT Pastor Pedro Lima – PR Iderval Silva – PMDB José Geraldo – PTB Josi Nunes – PMDB	Júnior Coimbra – PMDB Luana Ribeiro – PR Manoel Queiroz – PPS Marcello Leis – PV Osires Damaso – DEM Paulo Roberto – PR Raimundo Moreira – PSDB Raimundo Palito – PP Sandoval Cardoso – PMDB Solange Duailibe – PT Stalin Bucar – PR Toinho Andrade – DEM
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder do Governo: Deputada Josi Nunes - PMDB 1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT 2º Vice-Líder: Deputado César Halum - PPS	BLOCO – PR/PV Líder: Deputado Marcello Leis - PV Vice-Líder: Deputado Amélio Cayres - PR
BLOCO – PSDB/PP/PTB Líder: Deputado Raimundo Moreira - PSDB Vice-Líder: Deputado José Geraldo - PTB	BLOCO – PPS/PDT/PT Líder: Deputada Solange Duailibe – PT Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT
BLOCO – DEM/PSC Vice-Líder: Deputado Toinho Andrade - DEM	BANCADA – PMDB Líder: Deputado Iderval Silva Vice-Líder: Deputada Josi Nunes